



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ROSÂNGELA DE ARAÚJO LIMA

**IMPERATIVO NA LÍNGUA KAINGANG:
CONSTRUÇÃO E ANÁLISE**

Londrina
2023

ROSÂNGELA DE ARAÚJO LIMA

**IMPERATIVO NA LÍNGUA KAINGANG:
CONSTRUÇÃO E ANÁLISE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina - UEL, para fins de qualificação, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Silveira

Londrina
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

L732i Lima, Rosângela de Araújo.
Imperativo na língua Kaingang : construção e análise / Rosângela de Araújo Lima. - Londrina, 2023.
83 f. : il.

Orientador: Marcelo Silveira.
Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2023.
Inclui bibliografia.

1. Kaingang - Tese. 2. verbo - Tese. 3. imperativo - Tese. I. Silveira, Marcelo. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Silveira
Universidade Estadual de Londrina

Prof.a Dr.a Maria José Guerra de Figueiredo
Garcia
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Maxwell Gomes Miranda
Universidade Federal do Mato Grosso

Londrina, 14 de abril de 2023

Aos kaingang

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida.

Aos meus familiares, pela força e incentivo.

Ao Prof. Dr. Marcelo Silveira, por compartilhar seu entusiasmo pela língua indígena, por me presentear com seu companheirismo, orientação, paciência e amizade.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização e finalização deste trabalho.

“Ă tỹ n3n ki kanhr3 vỹ ă nĩm h3n kar kỹ ă tỹ n3n hỹn h3n ja vỹ ă ki rĩrĩnh”.

“O bom senso te guardará e o discernimento te protegerá”.

Prov3rbios 2:11

LIMA, Rosângela de Araújo. **Imperativo na língua Kaingang**: construção e análise. 2023. 83f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

RESUMO

O propósito deste trabalho é examinar a expressão formal do imperativo na língua Kaingang (família Jê, tronco Macro-Jê), que é falada em parte do estado de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Demonstramos que o imperativo tem dois marcadores explícitos e sua formação se dá por circunstâncias temporais e por situações que envolvem polimento nas orações. A teoria dos atos de fala fornece um considerável subsídio para assimilar a força ilocucionária do emissor, a fim de que o ouvinte conceba a intenção do falante. Analisamos a construção do imperativo em outras línguas para perceber a similaridade entre elas. Implementamos a averiguação das orações imperativas, o proibitivo e o imperativo a partir da descrição feita por Ursula Wiesemann (2011) confrontada com Aikhenvald (2010), Jary e Kissine (2014) e Isac (2015); contrastamos os exemplos de Wiesemann com textos da Bíblia, do livro *Brilhos na floresta* e com frases fornecidas por participantes. Observamos possíveis variações no emprego do imperativo pelos falantes atuais e diferenças derivadas por aspectos específicos de quem emite o comando.

Palavras-chave: Kaingang; Verbo; Imperativo.

LIMA, Rosângela de Araújo. **Imperative in the Kaingang language: construction and analysis.** 2023. 83f. Dissertation (Master in Language Studies) – State University of Londrina, Londrina, 2023.

ABSTRACT

The purpose of this work is to examine the formal expression of the imperative in the Kaingang language (Jê family, Macro-Jê trunk), which is spoken in parts of the states of São Paulo, Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul. We demonstrate that the imperative has two explicit markers and its formation takes place by temporal circumstances and by situations that involve polishing in the clauses. The theory of speech acts provides a considerable subsidy to assimilate the speaker's illocutionary force, so that the listener conceives the speaker's intention. We analyzed the construction of the imperative in other languages to see the similarity between them. We implemented the investigation of imperative sentences, the prohibitive and the imperative from the description made by Ursula Wiesemann (2011) confronted with Aikhenvald (2010), Jary and Kissine (2014) and Isac (2015); We contrasted Wiesemann's examples with texts from the Bible, the book *Brilhos na Floresta* and with phrases provided by participants. We observed possible variations in the use of the imperative by current speakers and differences derived from specific aspects of who issues the command.

Keywords: Kaingang; Verb; Imperative.

LISTA DE ABREVIATURAS DAS GLOSAS

1	primeira pessoa
2	segunda pessoa
3	terceira pessoa
ANÁF	anáfora
ASP	aspecto
CONT	contínuo
F	feminino
FUT	futuro
IMP	imperativo
IRR	irrealis
LOC	locativo
M	masculino
MS	marcador de sujeito
NEG	negação
PL	plural
SG	singular
TÓP	tópico

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa geral das aldeias Kaingang	22
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Vogais orais.....	12
Quadro 2: Vogais nasais	12
Quadro 3: Consoantes oclusivas.....	12
Quadro 4: Consoantes contínuas.....	12
Quadro 5: Padrões silábicos do Kaingang	55
Quadro 6: Pronomes pessoais do Kaingang	56
Quadro 7: Marcadores de sujeito do Kaingang	58
Quadro 8: Marcadores de aspecto que acompanham verbos e indicadores de modo no Kaingang	64

CORRESPONDÊNCIA FONÉTICA ENTRE FONEMAS E GRAFEMAS

Ursula Wiesemann, na década de 1960, grafou o sistema ortográfico da língua Kaingang, juntamente com uma equipe de professores Kaingang. Esse sistema é o adotado pelos professores bilíngues nas escolas das Terras Indígenas. Seguem quatro quadros com a correspondência fonema-(alofones)-grafema, uso variável das formas pronominais tu/você para 2ª pessoa retiradas de Almeida (2008):

Quadro 1: Vogais orais

Fonemas	/i/	/e/	/ɛ/	/a/	/ə/	/ɔ/	/o/	/u/	/i/
Grafemas	i	e	é	a	á	ó	o	u	y

Fonte: Baseado em Almeida (2008, p. 37).

Quadro 2: Vogais nasais

Fonemas	/ĩ/	/ẽ/	/ã/	/õ/	/ü/
Grafemas	ĩ	ẽ	ỹ	ã	ũ

Fonte: Baseado em Almeida (2008, p. 37).

Quadro 3: Consoantes oclusivas

Fonemas	/p/	/m/	/t/	/n/	/ɲ/	/k/	/ŋ/	/ʔ/
Grafemas	p	m	t	n	nh	k	g	'
Alofones		[m] [^m b] [b ^m] [b ^m b] [p]		[n] [ⁿ d] [d ⁿ] [d ⁿ d] [t]	[ɲ] [ⁿ di] [id ⁿ] [id ⁿ di] [it] [itʃ] [iɲ]		[ŋ] [ⁿ g] [g ⁿ] [g ⁿ g] [k]	

Fonte: Baseado em Almeida (2008, p. 38).

Quadro 4: Consoantes contínuas

Fonemas	/f/	/w/	/r/	/ʃ/	/j/	/h/
Grafemas	f	v	r	s	j	h

Fonte: Baseado em Almeida (2008, p. 38) e Kindell ([1961] 2008, p. 2).

Segundo Ferro,

- <m> representa o fonema /m/, que apresenta o alofone [m] junto de vogal nasalizada, os alofones [^mb], [b^m] e [b^mb] quando “seguidos de vogal oral e [p] quando seguido por consoante surda”; por exemplo: *mĩg*, *tam*, *mág*, *kome* e *kam ke*, respectivamente.

- <n> representa o fonema /n/, que apresenta o alofone [n] junto de vogal nasalizada, os alofones [n̠d], [d̠n̠] e [d̠n̠d] quando acompanhados de vogal oral e [t] quando “seguido por consoante surda”; por exemplo: *nĩjẽ*, *na*, *ján*, *kanér* e *hun ke*, respectivamente.
- <nh> representa o fonema /ɲ/, que apresenta o alofone [ɲ] junto de vogal nasalizada, os alofones [n̠di], [id̠n̠] e [id̠n̠di] quando acompanhados de vogal oral, [it] seguido de consoante surda que não seja <f>, [itj] seguido de <f> e [iɲj] entre vogal nasalizada e <f>; por exemplo: *nhỹ*, *nhinsu*, *inh*, *kanhin* e *tãnh fej*¹.
- <g> representa o fonema /ŋ/, que apresenta o alofone [ŋ] junto de vogal nasalizada, os alofones [ŋ̠g], [g̠n̠] e [g̠n̠g] quando acompanhados de vogal oral e “[k] quando seguido por consoante surda”; por exemplo: *gĩr*, *ga*, *még*, *kaga* e *kygpe*, respectivamente (FERRO, 2021, p. 23).

¹ Essa mudança fonológica não ocorre no dialeto falado no Apucarantina.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	14
1.1 Contextualização e objetivo	14
1.2 Metodologia.....	16
2 OS KAINGANG	21
2.1 Quem são?	21
2.2 Surgimento e denominação	23
2.3 Língua	24
3 O ATO DE FALA E O IMPERATIVO	27
3.1 O ato de fala	27
3.2 O ato de fala direto.....	28
3.3 O imperativo.....	29
3.4 A expressão gramatical do imperativo.....	35
3.5 Imperativo em todo o mundo	37
3.5.1 Imperativos canônicos	39
3.5.1.1 Imperativos com destinatário singular	40
3.5.1.2 Imperativos dirigidos a dois ou mais participantes.....	43
3.6 Imperativos não canônicos	45
4 IMPERATIVO NA LÍNGUA PORTUGUESA.....	49
4.1 Conceitos de gramática	49
4.2 Tipos de imperativos.....	50
4.3 Variação no uso do imperativo falado e escrito	51
5 NOÇÕES DA GRAMÁTICA KAINGANG	55
5.1 Padrões silábicos.....	55
5.2 O verbo e o modo em Kaingang.....	55
5.3 Os pronomes pessoais/possessivos e a ordem das orações	56
5.4 Marcação de sujeito	57
6 PRESENÇA DO IMPERATIVO NA LÍNGUA KAINGANG	59
6.1 Ações imperativas.....	62
6.2 Imperativo e as categorias de tempo, modo e aspecto	63
6.3 Proibitivos	68

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 75

REFERÊNCIAS..... 78

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este estudo volta-se à análise do uso do imperativo na língua Kaingang, que pertence à família linguística Jê, do tronco Macro-Jê.

Os dados foram levantados, primeiramente, a partir da literatura disponível sobre a língua estudada: teses, dissertações, artigos e livros, os quais desempenharam valor imensurável para a elaboração da investigação como um todo. Houve, ainda, a contribuição de participantes entrevistados.

Nossa análise dialoga com trabalhos feitos por Ursula Wiesemann acerca da realização do imperativo pelos Kaingang da Terra Indígena (TI) Rio das Cobras - PR, com dados de um participante morador da mesma TI, orações extraídas do Novo Testamento da Bíblia (TOPÊ VÍ RÃ, 2005; BÍBLIA, 1969), orações do livro *Brilhos na Floresta* (ISHIKAWA, 2019, 2020), orações fornecidas por participante morador da TI Apucarantina e o apêndice do dicionário Kaingang, de Wiesemann (2011).

1.1 Contextualização e objetivo

A língua é uma das principais formas de identidade de um povo, tendo em vista que reflete seu universo sociocultural. Segundo dados do IBGE (2010), há 274 línguas indígenas registradas; o último censo realizado e com dados tabulados demonstrou que cerca de 17,5% da população indígena não fala a língua portuguesa.

Conforme resultados preliminares do censo demográfico, a atual população indígena brasileira é de 817.963 pessoas, das quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras. Dentre as 305 diferentes etnias, o povo Tikuna, residente no Amazonas, em números absolutos, foi o que apresentou o maior número de falantes e, conseqüentemente, a maior população. Em segundo lugar, em número de indígenas, ficou o povo Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul e em terceiro lugar os Kaingang, da região Sul do Brasil (IBGE, 2010).

Dessas línguas, o foco desta pesquisa é a língua Kaingang, a qual não possuía uma ortografia padronizada, tida como oficial, até a década de 1970. A responsável por compreender e ortografar a língua foi a missionária e linguista do Summer Institute of Linguistics (SIL – atualmente, Sociedade Internacional de Linguística), Ursula Wiesemann, que trabalhou entre os Kaingang da TI Rio das

Cobras, a qual tinha ainda o escopo de traduzir a Bíblia e elaborar sua tese de doutoramento.

Houve pesquisas feitas antes de Wiesemann e entendemos que esses tantos trabalhos deram sua contribuição às pesquisas linguísticas voltadas ao Kaingang, mas, com relação ao assunto desta dissertação, o imperativo, é mencionado somente duas vezes: por Val Floriana (1918) e por Guérios (1942).

Os assuntos pesquisados antes de Wiesemann estão listados na parte da metodologia deste trabalho. O rigor linguístico, portanto, inicia-se mais efetivamente com Wiesemann, por isso temos essa autora como ponto de partida. Depois dessa pesquisadora, as pesquisas científicas em torno da língua Kaingang foram em muito ampliadas, em diversas áreas. No que nos toca, a Linguística, as contribuições têm sido bastante profícuas.

Wiesemann formou monitores na Escola Clara Camarão², no Posto Guarita, em Tenente Portela-RS. Essa escola foi criada num grande convênio entre a Funai, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana e o SIL (TOMMASINO; MOTA, NOELLI, 2003). Vários desses monitores moram na TI Apucarantina (em Tamarana-PR), TI São Jerônimo e TI Barão de Antonina (ambas em São Jerônimo da Serra-PR), todas situadas em um raio de cerca de 100km de Londrina-PR e se fazem presentes nesta cidade e também em sua Universidade Estadual para palestras, encontros e pesquisas. A geração seguinte à dos monitores também frequenta a UEL como alunos do Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica para os Estudantes Indígenas ou cursam uma das diversas graduações e pós-graduações que essa instituição oferece.

Assim, a Universidade Estadual de Londrina, por encontrar-se na região norte do Estado, numa posição geográfica privilegiada em relação à TI Apucarantina, local onde residem alguns dos estudantes indígenas presentes na Universidade, é também local de pesquisa relacionada a essa língua e cultura.

Todavia, com a dificuldade existente quanto ao ensino da língua materna pelos professores bilíngues das escolas indígenas, mesmo com a elaboração de cartilhas de alfabetização e de material didático para indígenas alfabetizados, surgiu a proposta de engendrar uma gramática pedagógica dessa língua, proposta essa feita pelos próprios professores bilíngues das escolas da TI Apucarantina, ao

² Sobre o assunto e sobre o bilinguismo de transição, indico a tese de doutorado de Gislaine Domingues, *Atitudes linguísticas dos kaingang da terra indígena Apucarantina* (2022).

professor Ludoviko Carnasciali dos Santos, em meados década de 1990. Os professores e alunos Kaingang da TI Apucarantina teriam uma gramática para trabalhar em sala de aula, o que contribuiria significativamente para o aprendizado e a reflexão sobre a língua.

Tanto uma gramática pedagógica quanto um dicionário pedagógico, cuja elaboração acaba obrigatoriamente sendo necessária, quando se estuda sincronicamente uma língua, indubitavelmente ajudará bastante a entender o movimento que a língua faz no dia a dia das situações de fala e de escrita.

Estudar esse movimento requer avanço na descrição da língua, que começou há quase dois séculos, como já vimos. A característica de uma língua que até pouco tempo foi ágrafa perpassa a cultura da oralidade; esta, por sua vez, demarca estados de língua curtos, se comparados, de certa forma, às mudanças que vêm ocorrendo no português do Brasil nos últimos 50 anos. O dicionário elaborado por Wiesemann, por exemplo, é pouco compreendido por jovens entre 18 e 28 anos da TI Apucarantina, mesmo por aqueles com mais escolaridade. Eles não reconhecem muitas das palavras ou exemplos de uso; e, se reconhecem, algumas vezes dizem que não são mais usadas.

O estudo do imperativo no Kaingang falado no Apucarantina tenciona colaborar para os estudos gramaticais do Kaingang em prol da elaboração de uma gramática pedagógica, incentivar a necessidade de pesquisas sobre esse assunto, principalmente com relação à língua Kaingang e estudar sincrônica e diacronicamente a língua em questão, a fim de compreendê-la para poder explicá-la e, então, ajudar os pesquisadores indígenas na sala de aula.

1.2 Metodologia

Averiguamos como o uso do modo imperativo se realiza na língua Kaingang.

Para iniciar, contamos com as teorias existentes sobre o imperativo, compreendendo seu funcionamento na língua portuguesa e em outras línguas. Observamos o que dizem alguns autores acerca do tema, com a finalidade de identificar e compreender como ocorre o uso do imperativo em algumas línguas e verificar seu emprego na língua Kaingang.

Utilizamos a abordagem da gramática descritiva, no seu modelo funcionalista, a qual “trabalha com qualquer variedade da língua e dá preferência para a forma oral desta variedade” (TRAVAGLIA, 2003, p. 32). O que ela “considera é a capacidade

que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira intencionalmente satisfatória” (NEVES, 1997, p. 15).

Após esse levantamento, passamos a investigar como o imperativo se apresenta na língua Kaingang atualmente.

Para executar a análise e realizar a pesquisa sobre o tema proposto, optou-se pela pesquisa exploratória, a qual “proporciona maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 1991).

O levantamento bibliográfico foi realizado a partir de publicações que envolvessem o imperativo, posteriormente, houve a restrição para o imperativo na língua Kaingang.

Nós nos firmamos em Aikhenvald (2010), Jary e Kissine (2014) e Isac (2015) para teoria que trata do imperativo.

Sobre o imperativo especificamente no Kaingang, nós buscamos nas publicações que se referiam, inicialmente, a estudos linguísticos gerais referentes à língua. Elencamos os assuntos tratados para apontar para a variedade já descrita e analisada por pesquisadores, bem como para mostrar que o estudo do imperativo é escasso.

Então, antes de Wiesemann, a partir do século XIX, segundo D’angelis (2002), há registros de listas de palavras, vocabulários, orações representadas, notas históricas e etnográficas, lista de topônimos, comentários sobre fonética e empréstimos, transcrição de cantos fúnebres, orações, um “ensaio de conjugação de verbos”, um ensaio de etimologia para topônimos, ensaios de gramática, pequenas etnografias, trabalho comparativo entre dialetos, explicações sintáticas, frases, lista de nomes próprios, comparação entre Xokleng e Kaingang, vocabulário zoológico, “Cartas Etno-Lingüísticas”.³

Destas pesquisas, encontramos, em Val Florianiana (1918) e em Guérios (1942), que o imperativo se faz com o marcador *ra*. Guérios fala do marcador *ra* e *era* (a vogal inicial se deve, provavelmente, por causa da glotal em [ʔra]) e afirma ainda que essa partícula pode não aparecer, ocasiões estas em que pode vir com *ha*, que significa *já*, ou com *kur*, *kúri*, significando *já*, *depressa*, ambos circunstâncias antes do verbo

³ Para detalhamento do primeiro século de registro da Língua kaingang, ver (D’ANGELIS, 2002).

Depois de Wieseemann, encontramos trabalhos linguísticos cujos temas são bastante variados e abrangem terras indígenas dos 4 estados habitados por falantes Kaingang. Os temas das pesquisas tratam de advérbio, aspecto, bilinguismo na escrita, concordância de número, concordância verbal, construções causativas, construções relativas restritivas, dialetos da língua, dicionário, empréstimos linguísticos do português no Kaingang, ergatividade, escrita, estrutura silábica, fonética e fonologia, formação de palavras, frases interrogativas sim/não, gênero, gramática pedagógica, imperativo, influência da língua materna Kaingang no aprendizado do português como segunda língua, locativos, marcação de caso, tempo, modo, aspecto, evidencialidade, morfologia, morfossintaxe do nome e do verbo, negação, nomes compostos, número (contável/massivo), orações simples, orações complexas, ordenação de palavras, papéis temáticos, partículas, perfectividade, prefixos relacionais, pronomes possessivos, prosódia, semântica lexical, semiótica, sintagmas preposicionais, sistemas pronominais, sistema vocálico, toponímia, valências, variação diastrática, variação na forma verbal, verbos copulativos e verbo *ser*.

Dentre todos os temas listados, encontramos aquele que é foco deste trabalho, o imperativo, trabalhado por nós em eventos. O tema está presente também em nove outros trabalhos, de seis autores diferentes, porém não como tema principal, o que torna esta pesquisa, por si só, importante.

O imperativo é parte do conteúdo dos seguintes trabalhos:

- *Aspecto no Kaingáng* (dissertação de mestrado, 2007), “Algumas considerações sobre Modo e Modalidade na língua Kaingáng Sul (Jê)” (comunicação, 2010) e *Tempo, Aspecto e Modo em contextos discursivos no Kaingang Sul* (tese de doutorado, 2011), de Solange Aparecida Gonçalves, que cita Val Floriana (1918) e Wieseemann (2011) ao falar de imperativo.
- *A marcação de (tempo), modo e aspecto na língua Kaingang: uma proposta de análise* (dissertação de mestrado, 2008), de Leriana de Almeida, que cita WIESEMANN ao falar de imperativo.
- *A língua kaingáng da aldeia paulista Icatu: uma descrição funcional* (tese de doutorado, 2011), de Maria Sueli Ribeiro da Silva 2011, que também cita Wieseemann (2011), além dos dois trabalhos de Solange Aparecida

Gonçalves e Wilmar da Rocha D'Angelis, em “Algumas notas comparativas sobre o dialeto Kaingang paulista”

- *Orações complexas da língua Kaingang* (tese de doutorado, 2014), de Luciana Pereira Tabosa, que cita Wiesemann (2011) também.
- *Tempo, modo, aspecto e evidencialidade em Kaingang* (dissertação de mestrado, 2013) e *Evidencialidade em Kaingang: descrição, processamento e aquisição* (tese de doutorado, 2017), de Márcia Nascimento, que cita Frei Mansueto Barcatta de Val Florianiana (1918).
- *Atos de Fala nas Línguas Jê: Distinções Sintáticas no Imperativo e no Proibitivo* (dissertação de mestrado, 2011), de Marcus Vinicius de Lira Ferreira, que cita Wiesemann (2011) e Almeida (2008).

Podemos concluir, com essa pequena lista, que a base das pesquisas mais recentes continua sendo as pesquisas mais antigas, de Val Florianiana, Guérios e Wiesemann. Assim, nosso trabalho pretende colaborar com o assunto apresentando dados mais recentes para serem confrontados com os já publicados.

Indo para o próximo passo de nosso trabalho de pesquisa, trabalhamos com a pesquisa exploratória. Sobre o assunto, Gil (1991) diz que ela abrange “entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão”.

Desta forma, participantes da pesquisa, falantes da língua, habitantes das TIs Rio das Cobras e Apucarantina, auxiliaram na coleta dos dados para a investigação. Os encontros ocorreram pessoalmente, por mensagens de texto e de áudio.

A base para a pesquisa, como já dissemos, se iniciou com os trabalhos feitos por Ursula Wiesemann acerca da manifestação na variante falada pelos Kaingang do Rio das Cobras – PR. Procuramos dialogar com orações extraídas do Novo Testamento da Bíblia (TOPÊ VÍ RÃ, 2005; BÍBLIA, 1969) e com orações extraídas do livro *Brilhos na Floresta* (ISHIKAWA, 2019, 2020), que teve sua versão para o Kaingang elaborada por Damaris Kanĩnsãnh Felisbino – falante da língua, habitante na TI Apucarantina, universitária e jovem. Isso possibilitou a comparação entre a maneira de usar o imperativo por meio da análise diastrática.

O apêndice do dicionário Kaingang, de Wiesemann (2011) auxiliou consideravelmente na pesquisa.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: no capítulo 1, apresentamos as bases e objetivos de nossa pesquisa. No capítulo 2, fornecemos informações de quem são os Kaingang, sua língua e características desse povo originário. Na sequência, no capítulo 3, abordamos a teoria dos atos de fala e o imperativo, o qual é composto por uma ampla gama de possibilidades (JARY, KISSINE, 2014); observamos, ainda, como se dá a expressão do imperativo em algumas línguas pelo mundo, com base na análise de Aikhenvald (2010). No capítulo 4, especificamos o imperativo na língua portuguesa. No capítulo 5, abordamos as noções de gramática Kaingang, seus morfemas, grafemas, padrões silábicos e como ocorre a ordem das orações. Finalizamos, no capítulo 6, com a investigação do imperativo na língua Kaingang, constatando a formação pelo uso de marcadores evidentes – *nĩ* e *ra* (WIESEMANN, 2011) e apresentamos uma análise alternativa aos estudos de Wiesemann, demonstrando que, além do tempo específico, os marcadores podem distinguir-se segundo a força ilocucionária do emissor – amenizada ou enfatizada. Ressaltamos a relevância de mais estudos dessa natureza para uma compreensão mais abrangente do uso do imperativo no Kaingang.

2 OS KAINGANG

Os caingangues, Kainguangs, Kaingang, Kanhgág, Guainás, Bugres, Coroados, Botocudos, Camés ou Xoclungues são todos nomes que já foram atribuídos a um mesmo povo: os Jê meridionais. Hoje a literatura divide em dois povos os Jê meridionais: Kaingang e Xokleng-Laklanõ.

As primeiras notícias referentes aos Kaingang no Estado de São Paulo datam de 1773, a partir do levantamento fluvial dos rios Tietê e Paraná realizado pelo Brigadeiro Sá e Faria, que informa que índios teriam aparecido à margem esquerda do Paraná, entre o Aguapeí e o Peixe (SÃO PAULO, 1984).

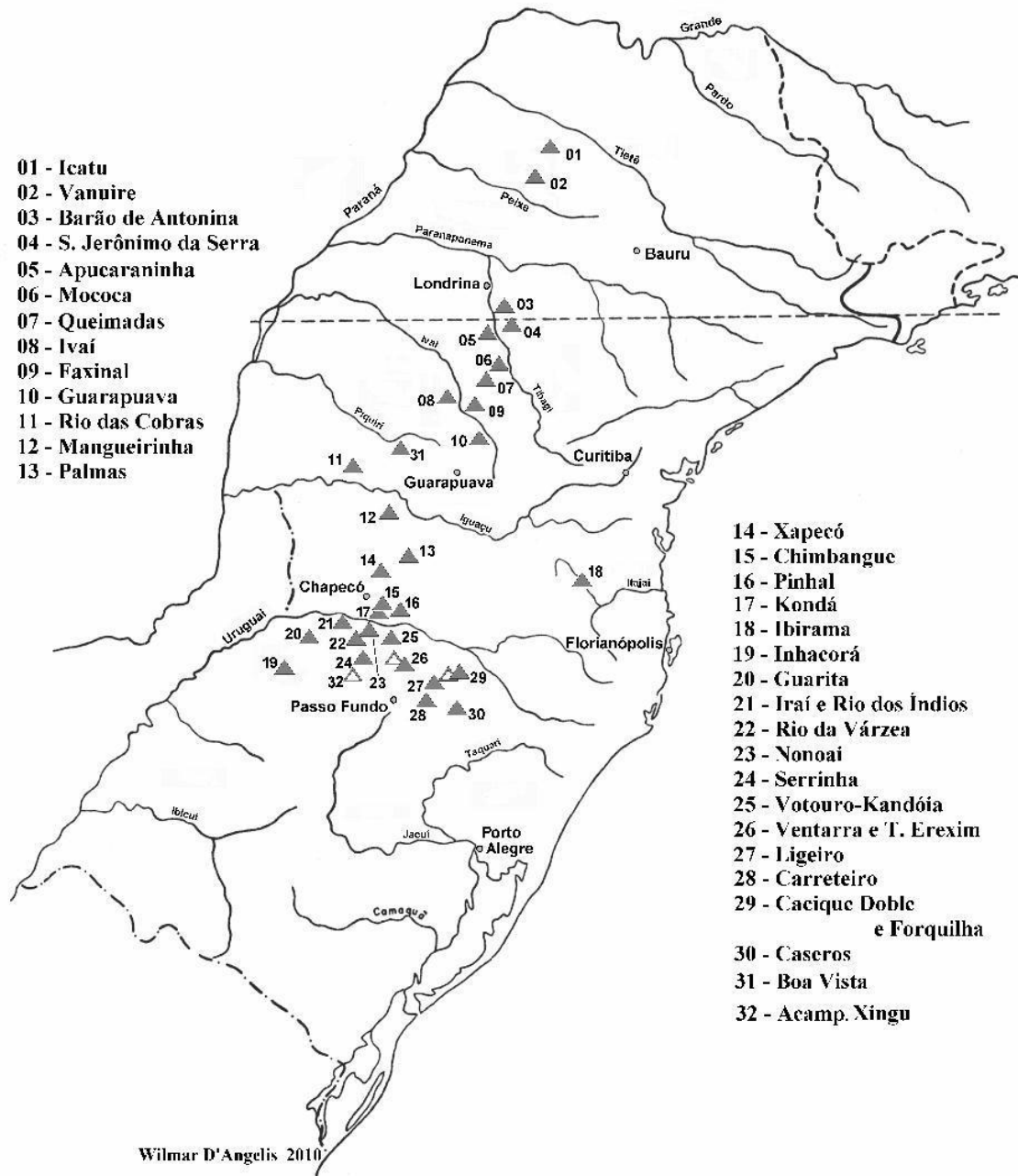
No Paraná, vivem cerca de 13.300 indígenas. Aproximadamente 70% pertencem ao povo Kaingang (tronco linguístico Macro-Jê) e 30% ao povo Guarani (tronco linguístico Tupi-Guarani).

2.1 Quem são?

Segundo o Portal Kaingang, há aproximadamente dois séculos, a extensão territorial que ocupam compreende a zona entre o Rio Tietê (SP) e o Rio Ijuí (norte do RS). Eles estão entre os mais numerosos povos indígenas do Brasil. Falam uma língua pertencente à família linguística Jê. Junto com os Xokleng, integram o ramo Jê Meridional. Sozinhos, os Kaingang correspondem a quase 50% de toda população dos povos de língua Jê, sendo um dos cinco povos indígenas mais populosos no Brasil.

Atualmente os Kaingang ocupam pouco mais de 30 áreas reduzidas, distribuídas sobre seu antigo território, nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com uma população estimada em torno de 50 mil pessoas (IBGE, 2010).

Figura 1: Mapa geral das aldeias Kaingang



Fonte: D'Angelis (2010).

Podemos notar a quantidade de TIs em cada estado: duas em São Paulo (1-2), doze no Paraná (3-13 e 31); cinco em Santa Catarina (14-18); e treze no Rio Grande do Sul (19-30 e 32), perfazendo 32 TIs.

2.2 Surgimento e denominação

De acordo com um dos relatos mitológicos desse povo, a sociedade Kaingang atual teria surgido a partir da destruição de um mundo preexistente, cuja formação não é referida nos textos mitológicos, e pela ação dos irmãos Kanhru e Kamẽ, como podem ser constatadas nos mitos coletados por Borba (1908) e Nimuendajú (1993), ambos no final do século XIX:

Em tempos idos, houve uma grande inundação que foi submergindo toda a terra habitada pelos nossos antepassados. Só o cume da serra Crinjijimbé emergia das águas. Os Caingangues, Cayurucrês e Camés nadavam em direção a ela levando achas de lenha incendiadas. Os Cayurucrês e Camés cançados, afogaram-se; as suas almas foram morar no centro da serra. Os Caingangues e alguns poucos Curutons, alcançaram a custo o cume de Crinjijimbé, onde ficaram, uns no solo, e outros, por exiguidade de local, seguros nos galhos das árvores; allí passaram muitos dias sem que as águas baixassem e sem comer; já esperavam morrer, quando ouviram o canto das saracuras que vinham carregando terra em cestos, lançando-a à água que se retirava lentamente. Gritaram elles às saracuras que se apressaram, e estas assim o fizeram, amiudando também o canto e convidando os patos a auxiliá-las; em pouco tempo chegaram com a terra ao cume, formando como que um açude, por onde saíram os Caingangues que estavam em terra; os que estavam seguros aos galhos das árvores, transformaram-se em macacos e os Curutons em bugios. As saracuras vieram, com seu trabalho, do lado donde o sol nasce; por isso nossas águas correm todas do Poente e vão todas ao Paraná. Depois que as águas secaram, os Caingangues se estabeleceram nas imediações de Crinjijimbé. Os Cayurucrês e Camés, cujas almas tinham ido morar no centro da serra, principiaram a abrir caminho pelo interior della; depois de muito trabalho chegaram a sahir por duas veredas: pela aberta por Cayurucrê, brotou um lindo arroio, e era toda plana e sem pedras; dahi vem terem elles conservado os pés pequenos; outro tanto não aconteceu a Camé, que abriu sua vereda por terreno pedregoso, machucando elle, e os seus, os pés que incharam na marcha, conservando por isso grandes pés até hoje. Pelo caminho que abriram não brotou água e, pela sede, tiveram de pedi-la a Cayurucrê que consentio que a bebessem quanto necessitassem. Quando saíram da serra mandaram os Curutons para trazer os cestos e cabaças que tinham deixado em baixo; estes, porém, por preguiça de tornar a subir, ficaram allí e nunca mais se reuniram aos Caingangues: por esta razão, nós, quando os encontramos, os pegamos como nossos escravos fugidos que são. [...] Cazaram primeiro os Cayurucrês com as filhas dos Camés, estes com as daqueles, e como ainda sobrassem homens, cazaram-nos com as filhas dos Caingangues. Dahi vem que, Cayurucrês, Camés e Caingangues são parentes e amigos (BORBA, 1908, p. 20-22)

Tradicionalmente, portanto, os Kaingang são divididos em duas metades exogâmicas (pois uma pessoa deve se casar com outra que pertença à metade

diferente da dela) e patrilineares (já que todo filho de um relacionamento pertence à metade do pai), homônimas aos irmãos gêmeos da mitologia Kaingang: Kamê e Kanhru. Como confirma Veiga (*apud* TOMMASINO; MOTA, NOELLI, 2003), cada uma das metades possui subgrupos: na metade Kamê, há os subgrupos kamê e jãky my, e na metade Kanhru, os subgrupos kanhru e votor. Tais metades são complementares e distinguem-se pelas funções dos membros de cada grupo e pelos motivos da pintura corporal que usam durante ocasiões rituais: os Kamê pintam-se com desenhos de traços compridos (*téj*) e os Kanhru, com desenhos de círculos (*ror*) (ALMEIDA, 2008)

No portal Kaingang, há a informação de que

A denominação *Kaingang* aparece na documentação bibliográfica apenas a partir de 1882, inicialmente nos trabalhos de Telêmaco Borba e do capuchinho Frei Luiz de Cimitile (*cf.* TAUNAY 1888:256; BALDUS [1937] 1979:8). Antes disso, aproximadamente a partir de meados do século XIX havia se generalizado a denominação de "Coroados", que comparece em autores que se referem a grupos Kaingang de diferentes lugares, seja no centro do Paraná (BIGG-WITHER 1878), seja na província argentina de Misiones (AMBROSETTI 1894), seja ainda no nordeste do Rio Grande do Sul (MABILDE 1897), por exemplo. Entretanto, na documentação anterior a essa época, grupos Kaingang são identificados por nomes os mais diversos, como por exemplo: Guanhanás (SAINT-HILAIRE 1851), Guayanazes (OLIVEIRA 1846), Camés, Votorões, Dorins, Jacfé (CHAGAS LIMA 1842), Cayeres, Tac -Taia (CHAGAS LIMA 1821), Guñanás, Pinares (OLMEDILLA 1775 *apud* D'ANGELIS 1989).

2.3 Língua

Segundo o linguista Aryon Dall'Igna Rodrigues, a língua Kaingang pertence à família Jê do tronco Macro-Jê. Essa família é o grupo mais importante e coeso do tronco Macro-Jê.

De acordo com Greg Urban (1992), as línguas Jê eram faladas por povos que habitavam um território entre os rios São Francisco e Tocantins há mais de 3 mil anos A.P. Esses povos teriam se dispersado pelo território brasileiro, sendo que os grupos Jê meridionais (Kaingang e Xokleng) foram os primeiros a se separar dos outros.

Para Aryon Rodrigues (1986, p. 48), o grupo Kaingang possui "as línguas dos Kaingang nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e dos xokleng, em Santa Catarina". Isso revela que, na visão do autor, os Kaingang e

os xoklêng formavam um único grupo, que por razões históricas foi segmentado em dois novos grupos, o dos Kaingang e o grupo dos Xoklêng, havendo, portanto, por causa da separação no tempo e no espaço, a distinção das duas línguas. Dessa forma, o autor, ao sintetizar as famílias linguísticas do tronco Macro-Jê, coloca o Xoklêng e o Kaingang como línguas distintas, pertencentes à família Jê, e não como dialetos da língua Kaingang (ALMEIDA, 2008).

A linguista e missionária do SIL Ursula Wiesemann classificou a língua dos Kaingang atuais em cinco dialetos: (1) de São Paulo (SP), entre os rios Tietê e Paranapanema; (2) do Paraná (PR), entre os rios Paranapanema e Iguaçu; (3) Dialeto Central (C), entre os rios Iguaçu e Uruguai, Estado de Santa Catarina; (4) Dialeto Sudoeste (SO), ao sul do rio Uruguai e a oeste do rio Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul; e (5) o Dialeto Sudeste (SE), ao sul do rio Uruguai e leste do rio Passo Fundo (WIESEMANN, 1978, p. 199-200)

Felisbino (2022) confirma que os Kaingang estão presentes nos estados mencionados por Wiesemann, porém afirma que “não é seguro ou razoável dizer que essa distribuição geográfica coincide exatamente com a localização dos dialetos que a língua tem; existem fatores que, segundo D’Angelis (2008), não são considerados para justificar esta classificação”; um desses fatores está a heterogeneidade entre a fala dos Kaingang do Paraná, considerado somente um dialeto por Wiesemann (1978).

Felisbino concorda com D’Angelis, exemplificando com orações a existência dessas diferenças entre as T.I.s do Paraná e elucidando a dificuldade de compreensão entre, por exemplo, falantes da T.I. Apucarantina e da T.I. Ivaí.

De qualquer forma, os dialetos diferenciam-se em várias partes de sua estrutura sendo as diferenças fonológicas as mais evidentes.

Wiesemann foi responsável pelo estudo da gramática Kaingang e pela implantação da padronização ortográfica dessa língua. Fundou uma escola, como dissemos, para a formação de monitores indígenas, a Escola Clara Camarão no Posto Indígena Guarita-RS na década de 1970. Ela foi igualmente responsável pela implantação do ensino bilíngue de substituição (D’ANGELIS; VEIGA) em todas as escolas Kaingang: as crianças aprendiam a escrita da língua Kaingang no primeiro ano escolar e do segundo ano em diante aprendiam o português. Na atualidade não há diferença significativa porque o uso da língua Kaingang foi estendido até a segunda série, daí em diante usa-se o português.

A situação em relação à língua falada varia de uma terra a outra: há comunidades onde todos são falantes do Kaingang, noutras são falantes do português com exceção dos mais velhos, que são bilíngues e, em outras, a maioria da população é bilíngue ou falante do português. Mesmo com essas variações, percebe-se que os Kaingang, em geral, passaram a valorizar o uso da língua materna como um elemento importante, politicamente, para afirmar a legitimidade de suas lutas pela terra (PIB, 2021).

Temos consciência de que os fatores culturais, sociais, políticos, históricos interferem em toda contextualização gramatical, entretanto demos preferência à descrição gramatical. [fica aqui mesmo??] FICOU ÓTIMO AQUI.

3 O ATO DE FALA E O IMPERATIVO

3.1 O ato de fala

Os enunciados descritivos, isto é, aqueles que retratam estados de coisas no mundo, eram o objeto de estudo, tratando-se de linguagem, da filosofia. Todavia, Wittgenstein (2010) demonstrou que a linguagem não se limita a esses enunciados e nem pode ser reduzida ao próprio código linguístico; a linguagem se submete a convenções sociais de várias ordens. Assim, o sentido de um enunciado está mais relacionado ao uso que se faz dele em uma determinada situação.

Austin (1990) trabalhou nessa perspectiva e desenvolveu a teoria dos atos de fala, a qual contempla a linguagem como ação e versa sobre os usos da linguagem, principalmente sobre interpretação de questões, exclamações, comandos, ou seja, sobre enunciados que não são unicamente descritivos. Através desse projeto filosófico, dividiu-se o ato de fala em: locutório (corresponde ao ato de pronunciar um enunciado), perlocutório (refere-se aos efeitos que um dado ato ilocutório produz no alocutário) e ilocutório (corresponde ao ato que o locutor realiza quando pronuncia um enunciado em certas condições comunicativas e com certas intenções, tais como ordenar, avisar, criticar, perguntar, convidar, ameaçar, etc.). Assim, num ato ilocutório, a intenção comunicativa de execução vem associada ao significado de determinado enunciado.

Com base na teoria de John Langshaw Austin, John Searle procedeu à divisão e classificação dos atos ilocutórios. A teoria dos atos ilocutórios de John Searle (1969) baseia-se no princípio de que quando o locutor pronuncia uma determinada frase, num contexto específico, executa, implícita ou explicitamente, atos como afirmar, avisar, ordenar, perguntar, pedir, prometer, criticar, entre outros. Dessa forma, o alocutário interpretará um enunciado levando em consideração o conteúdo proposicional do ato proferido juntamente com os marcadores da força ilocutória explícitos na comunicação.

Portanto, os atos de fala ilocutórios se caracterizam por conter um objetivo e uma força ilocutória que pode ser suavizada ou não em função da intenção comunicativa dos interlocutores (*cf.* SEARLE, 1969; MATEUS *et al.*, 2003, p. 73-74). Destarte, o ato diretivo, uma das categorias dos atos de fala, é aquele que visa obter do alocutário o reconhecimento do que foi expresso pelo locutor, e este espera obter

um comportamento determinado do seu interlocutor, imprimindo força ilocutória de acordo com seu objetivo.

3.2 O ato de fala diretivo

O ato diretivo pode ser realizado por meio de ordem, pedido, sugestão, convite e conselho (cf. CUNHA; CINTRA, 1985), os quais, por sua vez, podem ser expressos por meio das formas variantes do imperativo gramatical ou, ainda, por meio de frase nominal, com tempos do indicativo, com o infinitivo, gerúndio e com frases interrogativas. Cardoso (2006) traz essas possibilidades, conforme exemplos abaixo:

- (1) Saia daqui! / Sai daqui!
- (2) Silêncio!
- (3) Agora você faz uma garrucha ...
- (4) Não fumar.
- (5) Andando!
- (6) Poderia servir o jantar?

Na frase 1, constata-se as formas variantes do imperativo gramatical; frase nominal no exemplo 2; na frase 3, percebe-se o emprego do modo indicativo; já no exemplo 4 nota-se a construção por meio do uso do infinitivo; na 5 há o emprego do gerúndio; e na 6, oração interrogativa.

Segundo Mateus *et al.* (2003), existe um significado pragmático subjacente a cada um desses atos, cabendo aos interlocutores a distinção entre intenção de ordem mais rude de outra mais amena. De acordo com Cunha e Cintra (1985), a língua dispõe de recursos para o falante se expressar, conforme sua intenção comunicativa, seja reforçando o pedido ou ordem por meio de repetições, advérbios, seja atenuando o pedido, por meio de fórmulas de polidez (CARDOSO, 2006, p. 320).

- (7) Saia, saia daqui.
- (8) Fale rápido.
- (9) O senhor me desculpe, por favor.

Como exemplificado em (7) e (8), percebe-se que há o reforço do pedido ou da ordem por meio do uso da repetição e do advérbio. No exemplo (9), o pedido é atenuado por meio da polidez.

Logo, constata-se que a construção do imperativo tem-se a partir de um ato diretivo. Cardoso preconiza que

O imperativo gramatical é, portanto, um ato diretivo, cuja realização está associada a fatores de natureza pragmática e discursiva, bem como a processos morfossintáticos que determinam as propriedades de suas formas gramaticais e sua distribuição na estrutura oracional (CARDOSO, 2006, p. 320).

O ato diretivo, como construção do imperativo, é, portanto, uma forma de se lograr que o destinatário desempenhe algo estabelecido pelo emissor.

Jary e Kissine endossam que a teoria dos atos de fala é provavelmente o exemplo mais paradigmático da visão segundo a qual sentenças imperativas codificam força diretiva no topo de seu conteúdo proposicional. Complementam que

[...] a visão de que sentenças imperativas codificam força diretiva deriva de um princípio central dos Atos de Fala de Searle (1969): o Princípio da Expressibilidade, que afirma que: “para qualquer falante S sempre que S significa (pretende transmitir, deseja comunicar em um enunciado, etc.) X então é possível que haja alguma expressão e tal que E seja uma expressão exata de ou formulação de X” (p. 20). (JARY; KISSINE, 2014, p. 169).⁴

Uma aplicação plausível do Princípio da Expressibilidade aos atos de fala diretivos seria que o modo imperativo é a expressão exata da força diretiva.

3.3 O imperativo

O uso do imperativo é composto de uma ampla gama de possibilidades. Não se pode reduzi-lo apenas à concepção de as frases imperativas (JARY; KISSINE, 2014) ocorrerem restritamente em situações de ordem, pedidos e súplicas.

Frases imperativas geralmente ocorrem em atos de fala como ordens, pedidos e súplicas. No entanto, eles também são usados para dar conselhos e conceder permissão, e às vezes são encontrados em anúncios, bons votos e construções condicionais. No entanto, a relação entre a forma dos imperativos e a ampla gama de atos de fala em que eles ocorrem permanece obscura, assim como as maneiras pelas quais a teoria semântica deve lidar com os imperativos (JARY; KISSINE, 2014, p. 1).

⁴ Todas as traduções de Jary e Kissine (2014) são minhas.

As frases imperativas são empregadas quando se pretende que o ouvinte saiba, com clareza, o que ele deve fazer e quando fazer. O imperativo, embora tenha outras funcionalidades, destaca-se de alguma forma projetado para o trabalho de fazer com que o ouvinte execute algo. Uma compreensão completa do significado dos imperativos requer uma explicação do que os imperativos codificam e como isso interage com considerações como a situação do enunciado e as intenções do falante, de modo que os imperativos venham a ter o significado comunicativo e prático que tipificam.

Aikhenvald⁵ destaca que as estruturas imperativas são comandos por excelência, destacando-se das declarações e perguntas:

As estruturas imperativas são comandos por excelência. Em seus significados, muitas vezes vão além dos comandos. Em sua forma, eles se destacam das declarações e das perguntas. Imperativos tendem a ser curtos e podem não ter nenhuma marcação. Negar um imperativo pode envolver um subjuntivo ou um infinitivo (AIKHENVALD, 2010, p. 3).

Em sua análise, Aikhenvald (2010) aponta que comandos dirigidos a 'mim' ou 'nós', ou a uma terceira pessoa – ela, ele, eles ou aquilo – muitas vezes, destacam-se dos orientados ao destinatário. Para alguns estudiosos – incluindo Lyons (1977) – estes não são imperativos: na tradição linguística indo-europeia sua forma é muito diferente de um imperativo dirigido a 'você'. Em muitas línguas do mundo, seus tons podem variar.

Acrescenta que “ordenar-me a fazer algo pode ser equivalente a pedir uma permissão, e ordenar 'ele' é muitas vezes interpretado como um desejo, em vez de manipulá-lo diretamente” (AIKHENVALD, 2010, p. 3).

O *status* especial dos imperativos tem sido de fato um enigma para os estudiosos. Calvert Watkins, um importante indo-europeísta, fez uma tentativa de capturar o *status* especial do imperativo de segunda pessoa em seu artigo clássico sobre o verbo irlandês antigo:

O imperativo é por natureza uma forma extragramatical, extrassintática, uma quase interjeição [...] incapazes de combinação com categorias gramaticais como pessoa e número, ou categorias sintáticas como negação (WATKINS, 1963, p. 44).

Esta assertiva não é estanque. Imperativos em muitas línguas distinguem pessoa e número, eles podem combinar com aspectos, ter seus próprios sistemas

⁵ Todas as traduções de Aikhenvald (2010) são minhas.

de tempo ou podem ser negados. Mas a intuição por trás dessa afirmação reflete o fato de que os imperativos são diferentes e difíceis de lidar. Aikhenvald assegura que

As formas imperativas em muitas línguas indo-européias familiares são curtas e não têm marcação formal. De *amāre* 'amar' forma-se a segunda pessoa do singular imperativo *amā!* 'ame' em latim. Imperativos parecem não ter as sutis distinções de tempo verbal, aspecto e modalidade tão ricamente atestadas em declarações e perguntas. No entanto, a simplicidade dos imperativos não passa de uma ilusão (AIKHENVALD, 2010, p. 6).

Em uma declaração, há a possibilidade de se usar todo tipo de verbo e todo tipo de predicado. Todavia, isso pode não ser o caso em um imperativo. Aikhenvald (2010, p. 6) declara que “os imperativos geralmente podem ser formados com qualquer verbo transitivo e uma boa parte dos verbos intransitivos. Verbos intransitivos que codificam ações potencialmente incontroláveis são preteridos em imperativos”.

Preconiza Isac⁶ (2015), baseando-se em Kaufman, que os imperativos se diferenciam de outras cláusulas, principalmente no que diz respeito ao significado, pois são usados normalmente para ordens. Coloca como exemplo a seguinte sentença:

(10) Feche a porta!

Acrescenta que os imperativos, além de ordens, podem ser usados como uma variedade de atos de fala:

É sabido, porém, que os imperativos podem ser usados como uma variedade de atos de fala, não apenas como ordens. Nos exemplos abaixo, adaptados de Kaufmann (2011), os imperativos são usados como advertência, pedido, conselho ou maldição. [...] Da mesma forma, os declarativos são normalmente usados para asserções, mas dependendo do contexto, eles também podem ser usados para outros atos de fala, como promessas, ameaças, advertências, ordens (ISAC, 2015, p. 5).

Isac (2015) traz os seguintes exemplos:

(11) Estou com frio. (afirmação)

(12) Estarei lá na hora. (promessa)

⁶ Todas as traduções de Isac (2015) são minhas.

(13) Eu vou te pagar de volta por isso. (ameaça)

(14) Fique longe de mim! (aviso)

(15) Divirta-se na festa! Feche a porta por favor! (pedido)

(16) Pegue o trem A se quiser ir ao Harlem! (conselho)

(17) Vá para o inferno! (xingamento)

Seguindo Kaufmann (2011), Isac (2015) assume que a variação em (11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17) pode ser explicada pelo fato de que um imperativo (na verdade qualquer tipo de oração) pode interagir com certas propriedades lexicais dos itens lexicais envolvidos, ou com propriedades contextuais para tornar um tipo de ato de fala específico mais plausível no respectivo contexto.

Tem-se, ainda, que os declarativos são usualmente empregados para asserções, contudo, dependendo do contexto, eles também podem ser usados para outros atos de fala, como promessas, ameaças, advertências, ordens. Isac (2015) exemplifica tais possibilidades da seguinte forma:

(18) Estou com frio. (afirmação)

(19) Estarei lá na hora. (promessa)

(20) Eu vou te pagar de volta por isso. (ameaça)

(21) Estou ficando farto disso. (aviso)

(22) Estou com frio. (ordem para fechar a janela)

Observa-se, com isso, que não apenas imperativos são usados para dar ordens ou comandos. Isac (2015, p. 6) corrobora com tal hipótese elucidando que “se meu colega de quarto entrou e deixou a porta aberta, e eu pronuncio a declaração (23) enquanto aponto para a porta, é mais provável que minha intenção seja fazer com que meu colega de quarto feche a porta”. Logo, usa-se (23) como um comando.

(23) A porta está aberta.

Entretanto, se (23) for pronunciado em um contexto diferente – digamos que acabei de sair de casa e encontro meu colega de quarto na rua indo em direção à

casa e digo que tenho a única chave do apartamento – então minha intenção ao proferir (23) é simplesmente informar meu colega de quarto que a porta está aberta. Isac (2015, p. 6) assevera que “generalizando, qualquer enunciado é prototipicamente associado a um determinado tipo de ato de fala, mas, em determinados contextos, atos adicionais podem ser realizados”.

Usar uma declaração no lugar de um pedido muitas vezes denota a cortesia. Para ser especialmente educado, outras formas são empregadas, uma vez que imperativos podem soar muito imperiosos ou muito duros. Aikhenvald (2010) corrobora com o seguinte exemplo no uso de uma declaração no lugar de um pedido.

(24) Se você pudesse fechar a janela, eu ficaria muito grato.

Tal sentença pode ser usada como um comando educado ou um pedido em algumas variedades da língua. Mesmo uma afirmação como “*Estou com frio*” pode ser interpretada como uma sugestão de que o destinatário deve fechar a janela (especialmente se esta afirmação for acompanhada de um olhar na direção de uma janela aberta). No entanto, “não é verdade que 'vale tudo' como estratégia de comando; as línguas variam quanto às estruturas que podem ser usadas no lugar de um imperativo” (AIKHENVALD, 2010, p. 8).

A autora trabalha com outras formas de explicitar um comando de uma maneira estratégica: “gritar 'Charles!' pode ser o equivalente a 'Charles, venha aqui' ou 'Charles, não faça isso' – e a interpretação exata dependeria do tom de voz e da situação” (LÖFTSTEDT, 1966, p. 7). Mais uma vez, a inferência desempenha um papel. Sustenta que

As formas imperativas, seu uso – e a interpretação potencial de formas não exclusivamente imperativas como comandos – só podem ser entendidos através do amplo prisma de outras formas de enquadrar diretrizes, significados relacionados e convenções sociais. Os imperativos são uma janela para as estruturas sociais e a etnografia da comunicação – as regras não escritas que obedecemos (AIKHENVALD, 2010, p. 8).

Há, ainda, comandos que podem ser evidenciados por uma palavra ou expressões elípticas curtas, o que não interfere na compreensão da mensagem. Aikhenvald esclarece que

A forma linguística rotulada como 'imperativa' tende a ser a mais curta em um idioma e pode ser muito abrupta – como os princípios

da iconicidade nos ensinam. Comandos de uma palavra – como *Silêncio!* – ou expressões elípticas curtas – como *Tire as mãos, seu bastardo!* — tenha conotações de brusquidão, disciplina militar e urgência: faça isso imediatamente! (AIKHENVALD, 2010, p. 7-8).

A autora faz um alerta sobre a variação interlinguística; diz que uma pergunta pode expressar um comando mais imperioso do que o próprio imperativo. Exemplifica que em aramaico “uma ordem enfática é expressa por formas interrogativas” (AMHA, 2001, p. 127). O imperativo *Vá!* expressa uma ordem simples, enquanto uma forma interrogativa negativa, *Por que você não vai?*, é entendida como 'implicando punição se a ordem não for cumprida'.

Observa que se a intenção é soar legal, é possível lançar o comando como uma pergunta: *Você poderia abrir a janela?* Ou apenas dar uma dica do que realmente quer que a pessoa faça dizendo que está abafado aqui... Ou lançar a pergunta dominante de forma negativa, fazendo-a soar como uma sugestão: *Por que você não abre a janela?* Isso nem soa como uma pergunta: isso é efetivamente dizer a uma pessoa o que fazer, em vez de perguntar se ela está disposta a fazer isso.

Em outras línguas existem formas 'preventivas', especificamente dedicadas a advertências:

[...] em Aleúte (família esquimó-aleúte), por exemplo, a segunda pessoa tem um marcador morfológico 'preventivo', distinto das formas indicativas ou imperativas (negadas) (Golovko 2001). Por causa dessa variedade de repertórios, Sadock e Zwicky distinguem entre tipos de frases "menores" e "maiores". Os primeiros incluem os dois exemplos que acabamos de dar [*É melhor você ter cuidado* e *Cuidado com sua carteira*] e estão sujeitos a grande variação interlinguística. Estas últimas são: declarativa, interrogativa e imperativa, e correspondem a três funções fundamentais do uso da linguagem: fornecer informação, obter informação e provocar ação. Assim, os teóricos preocupados com o significado dos imperativos geralmente partem da observação de que as línguas tendem a ter meios de distinguir asserções, perguntas e comandos, e identificam o imperativo como a forma especificada para o último deles (JARY; KISSINE, 2014, p. 12).

Jary e Kissine entendem que o imperativo é uma sentença com uma função específica:

Agora deixamos claro o que entendemos por 'imperativo': um tipo de sentença cuja função prototípica é a realização de atos de fala diretivos. Também deixamos claro como essa concepção difere da noção mais filosoficamente carregada de imperativo. No entanto, em linguística e em gramáticas descritivas, 'imperativo' também é usado como o nome de um modo verbal (JARY; KISSINE, 2014, p. 21).

Qualquer enunciado pode ser concebido como um ato pelo qual o falante faz algo (AIKHENVALD, 2010). Para a autora,

Dizer 'Gregory é meu irmão' envolve o ato de fazer uma declaração. Dizer 'Gregory é meu irmão?' envolve fazer uma pergunta 'Vá embora!' é um comando, e um ato de fala diretivo, pelo qual um falante tenta fazer o destinatário fazer algo, direcionando-o. Os atos de fala diretivos são o domínio prototípico do modo imperativo, da mesma forma que o declarativo é o domínio dos atos de fala assertivos, afirmando algo (AIKHENVALD, 2010, p. 14).

Em uma nota explicativa, Aikhenvald (2010, p. 15) traz que o “termo ‘comando’ abrange uma ampla gama semântica e que pode ser estendido para incluir pedidos, súplicas, conselhos, recomendações, desejos, obrigações e ordens em um sentido mais restrito de ‘ordem’”.

3.4 A expressão gramatical do imperativo

Cardoso (2006) apresenta a concepção de que, do ponto de vista pragmático, segundo Mateus *et al.* (2003, p. 254), o imperativo está ligado à modalidade deôntica, aquela relacionada “às circunstâncias externas (pessoais, regras sociais ou normas) que permitem ou obrigam o participante a envolver-se na situação”. São consideradas gramaticalmente imperativas as frases que expressam ato ilocutório diretivo, apresentando características formais do modo imperativo e valores como ordem, pedido, conselho, instrução. Dessa forma, esses valores semânticos podem ser realizados por meio de diferentes formas verbais, na forma de um ato diretivo direto ou indireto.

Ao citar a abordagem morfossintática, Cardoso (2006) acrescenta que:

O imperativo no português europeu é descrito como um modo que apresenta formas verbais próprias só para as segundas pessoas do singular (tu) e do plural (vós) do imperativo afirmativo. As demais pessoas do afirmativo, bem como as pessoas do imperativo negativo, são supridas por formas supletivas, valendo-se das formas verbais do subjuntivo ou de outras formas como o indicativo, o infinitivo ou o gerúndio (CARDOSO, 2006, p. 321).

O termo imperativo verdadeiro é usado para referir-se à forma verbal própria, para a segunda pessoa do discurso, seja no singular ou plural. Já para as demais pessoas, usam-se as formas substitutas tanto no imperativo afirmativo, quanto no negativo. Cardoso traz a informação de que:

Rivero (1994) e Rivero e Terzi (1995) usam o termo imperativo verdadeiro para referir-se à forma verbal própria, morfologicamente marcada para o imperativo e usada para a segunda pessoa do discurso (singular e plural) e imperativo substituto para referir-se às formas substitutas ou supletivas, aquelas que se referem às demais pessoas do imperativo afirmativo e a todas as pessoas do imperativo negativo, podendo ser realizadas pelo indicativo, subjuntivo, infinitivo. Entre as línguas que têm imperativo marcado morfologicamente, as autoras distinguem aquelas que não negam o imperativo verdadeiro – como o espanhol castelhano –, denominadas línguas de classe I; e aquelas que negam o imperativo verdadeiro – como o búlgaro e o servocroata –, denominadas línguas de classe II (CARDOSO, 2006, p. 321).

Aduzindo a Bechara (1999), Cunha e Cintra (1985) e Rivero (1994), tem-se que para o português brasileiro, há um processo de derivação na construção do modo imperativo. O modo indicativo fornece as segundas pessoas do discurso, com a eliminação da desinência de número-pessoa –s dos verbos, o modo subjuntivo viabiliza as demais pessoas. Todavia, há a defesa de que o imperativo afirmativo possua formas próprias para as segundas pessoas.

A tradição gramatical considera que o modo imperativo é formado por meio de um processo de derivação. De acordo com Bechara (1999, p. 237), as segundas pessoas desse modo verbal são derivadas das segundas pessoas do modo indicativo, sem o –s, e as demais pessoas são derivadas do modo subjuntivo. Cunha e Cintra (1985, p. 465) não fazem referência a esse processo de derivação e afirmam que o imperativo afirmativo possui formas próprias para as segundas pessoas, sendo que as demais pessoas e o imperativo negativo são formados pelo presente do subjuntivo (CARDOSO, 2006, p. 321).

Desta forma, a possibilidade de entender que o imperativo afirmativo detém formas próprias (Cunha e Cintra, 1985) compatibiliza-se à contradita entre imperativo verdadeiro e imperativo surrogate, conforme Cardoso esclarece e exemplifica:

Constata-se que a caracterização de Cunha e Cintra (1985) corresponde ao contraste ‘imperativo verdadeiro’ e ‘imperativo *surrogate*, formulado em Rivero (1994). Fazendo-se uma generalização, a gramática tradicional afirma, portanto, que o imperativo gramatical no português brasileiro codificado apresenta formas do imperativo verdadeiro para as segundas pessoas do afirmativo, conforme ilustra (25), e formas do imperativo substituto para as demais pessoas do afirmativo, em (26), e para todas as pessoas do imperativo negativo, como ilustram (27) e (28).

- (25) Canta tua música.
IMPAFIRM 2S (imperativo verdadeiro)
- (26) Cante sua música.
IMPAFIRM 3S (imperativo *surrogate*)
- (27) Não cantes tua música.

- IMP NEG 2S (imperativo *surrogate*)
 (28) Não cante sua música.
 IMP NEG 3S (imperativo *surrogate*)
 (CARDOSO, 2006, p.322)

No português brasileiro e europeu há uma variação no uso do imperativo falado e escrito. Isso se dá por alguns fatores:

No português brasileiro, essa correlação entre as formas pronominais e as formas verbais apresenta-se em variação no uso do imperativo falado e escrito. Para o português europeu, evidencia-se que a associação à pessoa está relacionada a julgamentos de (+-) proximidade. Ramos (1997) mostra a correlação entre o uso do tu e do você em Portugal e no Brasil. No português europeu (PE), o uso de pronome você se dá entre “iguais não-solidários e com interlocutores de status social inferior” e o uso de pronome tu corresponde a tratamento íntimo e em expansão; no PB (português brasileiro), essa distinção não é evidente; o uso de você está em expansão e o de tu, restrito a certas regiões, utilizando-se, muitas vezes, a forma verbal correspondente à 3ª pessoa do singular (CARDOSO, 2006, p. 322).

3.5 Imperativo em todo o mundo

Segundo Aikhenvald, pode-se declarar algo, perguntar algo ou, ainda, dizer a alguém o que fazer. O oposto disso é quando se tenta persuadir alguém a não realizar uma determinada ação.

Em todas as línguas, pode-se fazer uma declaração, fazer uma pergunta ou dizer a outra pessoa o que fazer. Um imperativo faz com que um destinatário aja. A forma de uma afirmação é declarativa e a de uma pergunta é interrogativa. Declarativo, interrogativo e imperativo são conhecidos como modos gramaticais. [...] O oposto – imperativo negativo ou proibitivo – implica tentar fazer com que alguém não faça algo, tendo o efeito de proibir, impedir ou excluir; preventivo ou restritivo de algo (AIKHENVALD, 2010, p. 1).

A autora acrescenta que os imperativos não precisam “comandar”. Pode ser usada uma pergunta ou uma afirmação severa com o intuito de exortar alguém a exercer uma ação desejada.

E os próprios imperativos não precisam 'comandar'. *Vá embora!* é um comando, e é imperativo na forma. Mas pode-se comandar sem usar um imperativo. Uma pergunta *Por que você não vai embora?* Ou uma afirmação severa *Você vai embora*, ou apenas uma palavra *Fora!* servem ao mesmo propósito (AIKHENVALD, 2010, p. 1).

Imperativos, ainda, são bons para súplicas e pedidos: *Deixe-me voltar ao computador!* e *Tente se comportar!* e para conselhos e instruções: Não repita os

erros de outras pessoas! ou Misture duas colheres de água com farinha (AIKHENVALD, 2010, p. 1).

A autora assegura a possibilidade de os imperativos se referirem a condições, ameaças e ultimatos: *Compre naquela loja e você vai se arrepender*, ou *Fique quieto ou eu vou mandá-lo para a cama. Cuide-se!* ou *Passe bem!* não são comandos; são fórmulas convencionais de fala, parte de nosso repertório linguístico.

Diz ainda que o “imperativo é uma categoria na linguagem, e comando é um parâmetro no mundo real. Não é incomum que um termo linguístico tenha tal contrapartida no mundo real”.

Os imperativos também podem expressar convites, princípios, lemas de vida, ou ter um significado 'anti-comando'.

As línguas do mundo, para Aikhenvald (2010), “têm meios limitados de expressar imperativos. As possibilidades de comandos são imensas e ilimitadas. O modo imperativo é a maneira mais comum de expressar comandos em línguas do mundo — abrangendo atos de fala diretivos com seus múltiplos significados”. Como Bolinger (1974, p. 4) coloca, “tentar distinguir imperativos de comando de outros imperativos é uma tentativa vã de pegar metáforas em um saco de gramática”.

Conforme Aikhenvald (2010), “dependendo do idioma, eles podem dar a impressão de simplicidade na forma. Mas eles também podem ser assustadoramente complexos”.

O imperativo pode ser formado de algumas maneiras: a raiz ou um radical de um verbo podem ser marcas de comando. Aikhenvald (2010) trabalha essas construções e faz análises sobre como o imperativo aparece em uma quantidade variada de línguas. Baseando-se nesse conteúdo, vamos observar como ocorre a construção desses comandos e certas particularidades inerentes a determinadas línguas.

A autora assevera que o imperativo implica um comando para uma segunda pessoa, esses são os imperativos canônicos ou imperativos em sentido estrito.

Para muitos linguistas e aprendizes de línguas, ‘imperativo’ implica um comando para uma segunda pessoa – como Inglês *Saia!* E, de fato, em muitas línguas, um conjunto de formas imperativas especiais é restrito a comandos dirigidos a ‘você’. Os imperativos dirigidos ao destinatário são sempre centrais para os paradigmas imperativos. Isso segue a abordagem tradicional bem estabelecida – nas palavras de Lyons (1977: 747), “está implícito na própria noção de comandar e solicitar que o comando ou pedido seja dirigido à pessoa que se espera que o execute” (AIKHENVALD, 2010, p. 17).

A autora menciona que “caso um idioma não tenha uma forma dedicada usada apenas para imperativo, outra forma do verbo pode ser redistribuída regularmente para comandos canônicos”. São frequentemente usadas dessa maneira formas presentes, futuras ou *irrealis* em modo declarativo.

Constata-se, todavia, que as expressões de comando não necessariamente se restringem apenas ao destinatário. É possível ou não formar um sistema gramatical e um paradigma com imperativos canônicos – formas de comando dirigidas a outras pessoas que não o destinatário.

De maneira alternativa, os canônicos podem ser cooptados de um conjunto diferente de formas – como o subjuntivo, formando os 'Imperativos não canônicos', ou 'imperativos em sentido amplo' que incluem comandos dirigidos à primeira pessoa — 'eu' ou 'nós' (frequentemente rotulados como 'hortativos') — e comandos à terceira pessoa (referidos como 'jussivos').

Sejam os imperativos canônicos ou os não canônicos são especiais de muitas maneiras. As cláusulas que contêm imperativos e comandos em geral, várias vezes, diferem-se de outros tipos em sua ordem constituinte, padrões de entonação, significados de pessoas e várias outras formas específicas da linguagem. (AIKHENVALD, 2010, p. 18).

3.5.1 Imperativos canônicos

Para Aikhenvald, os imperativos de segunda pessoa podem ser expressos por uma variedade de meios, seja por um radical de um verbo, seja por partículas como marcadores de comando.

Os imperativos de segunda pessoa – os comandos prototípicos – podem ser expressos com uma variedade de meios. Estes incluem afixos, clíticos, partículas, formas especiais de pronomes e até construções perifrásticas. Com bastante frequência, uma raiz ou radical nua de um verbo marca um comando. As línguas sintéticas tendem a marcar imperativos com meios flexionais. E linguagens isolantes e altamente analíticas empregarão partículas (palavras de função independentes curtas) como marcadores de comando (AIKHENVALD, 2010, p. 39).

A autora parte de uma análise que envolve o imperativo canônico com um destinatário singular, posteriormente examina os imperativos canônicos dirigidos a dois ou mais participantes. Observemos, a seguir, as características existentes de cada um deles.

3.5.1.1 Imperativos com destinatário singular

Nas palavras de Kuryłowicz, 'é de fato a segunda pessoa do singular que é fundamental no imperativo' (KURYŁOWICZ, 1964, p. 137).

Aikhenvald (2010) mostra que, em cerca de um terço das línguas do mundo, o imperativo da segunda pessoa do singular coincide com a raiz do verbo ou o radical, tornando-se a forma verbal mais curta e mais simples da língua. Salienta também que em muitas línguas há um indicador evidente de imperativo, podendo ser um afixo segmentar, um conjunto especial de marcadores pronominais, um contorno de tom ou uma partícula.

O latim clássico é abordado pela autora como um dos exemplos em que a raiz nua ou o radical pode ser usado como imperativo canônico singular. Ao exemplificar com o verbo *ir*, mostra que o imperativo da segunda pessoa do singular é o mesmo que o radical do verbo. Outros exemplos trazidos por ela incluem o verbo *amar* e alguns em que o imperativo de segunda pessoa é mais reduzido que o próprio radical do verbo.

Entre a ampla variedade de línguas em que a raiz nua ou o radical do verbo pode ser usado como imperativo canônico singular está o latim clássico. Uma das palavras mais curtas em latim é um imperativo canônico *ī!* 'ir!', do verbo *īre* 'ir'. O imperativo da segunda pessoa do singular coincide regularmente com o radical do verbo. Assim, de *amāre* 'amar' forma-se a segunda pessoa do singular imperativo *amā!* 'ame!', e de *audīre* 'ouvir', *audī!* 'ouça!'. Para um punhado de verbos frequentemente usados, o imperativo de segunda pessoa é mais curto do que o próprio radical: *dīcere* significa 'dizer', e seu imperativo de segunda pessoa é *dīc!*, *facere* 'fazer' forma *fac!* 'faça!', *dūcere* 'conduzir' forma *dūc!*, e *ferre* 'aguentar' forma *fer!*

Comparado com a segunda pessoa do indicativo *amās* 'amas' e *dīcis* 'dizes', os imperativos parecem empobrecidos – eles não têm nenhuma expressão aberta de pessoa ou tempo. Isso é semelhante aos imperativos em inglês. Eles parecem despojados de marcadores de pessoa ou tempo, e são aparentemente primitivos em comparação com outras formas (AIKHENVALD, 2010, p. 40).

Todavia, essa forma mais simplificada e mais sucinta para evidenciar o comando da segunda pessoa do singular não se delimita apenas a línguas europeias. A autora apresenta um exemplo da língua Tinrin, a qual emprega o verbo sem marcação de pessoa, tempo ou aspecto.

Usar a forma mais simples e muitas vezes a mais curta para o comando da segunda pessoa do singular vai além do domínio das línguas europeias. Tinrin, uma língua austronésia falada na Nova

Caledônia, emprega uma forma sem sujeito do verbo como comando. O verbo não tem marcação de pessoa, tempo ou aspecto. Tinrin (Osumi 1995: 236)

2.1 tôbwerri nrífò-nrù
 fechar boca-2sg
 'Cala a boca!'

(AIKHENVALD, 2010, p. 40).

A fim de respaldar tais possibilidades, a autora apresenta mais exemplos. Um deles com a apresentação da língua Khalkha-Mongol, a qual marca os comandos através do radical do verbo. Em Kannada, a raiz do verbo funciona como um verbo finito.

Exemplos semelhantes são abundantes. A Khalkha-Mongol (Poppe 1951: 76) também emprega o radical do verbo para marcar comandos, por exemplo, *bos* 'levante-se!' (sg e pl), *bitši* 'escreva!'. Em Canarês, uma língua dravídica (Sridhar 1990: 31), a forma singular do imperativo canônico é “a única instância em que a raiz do verbo sem tempo, sem qualquer sufixo, funciona como um verbo finito... É, portanto, tratado como a forma canônica (AIKHENVALD, 2010, p. 40).

É possível saber que o sujeito é o destinatário da segunda pessoa do singular, mesmo quando um imperativo canônico não é marcado para pessoa, porque um sujeito zero de formas imperativas é a segunda pessoa, pois controla uma segunda pessoa reflexiva.

Conforme observado por Sadock e Zwicky (1985: 173), a falta de marcação especial em um imperativo canônico é 'reflexivo da semântica inerente do imperativo... o sujeito naturalmente se refere ao destinatário, então a de segunda pessoa torna-se redundante.' Ou seja, a falta de marcação formal reflete o status funcionalmente não marcado do mais prototípico dos comandos (AIKHENVALD, 2010, p. 40).

Além de a raiz nua ou radical do verbo poder ser usada como imperativo canônico singular, há também o uso de marcadores evidentes de imperativos que podem ser de vários tipos. Passemos a considerar alguns exemplos abordados por Aikhenvald (2010).

Um sufixo especial ou um clítico marca o verbo como imperativo em muitas línguas australianas. Em Yidiñ, o verbo aparece marcado com *-n* (seus alomorfes são \emptyset ou *r*).

Yidiñ (Dixon 1977: 370)

(1) η anda wiwi-n waŋal
 Eu+DAT dar-IMPV boomerang+ABS

'(Você) me dê (seu) bumerangue!'⁷

Um exemplo semelhante vem de Panyjima, outra língua australiana

O marcador imperativo é *-ma*:

Panyjima (Dench 1991: 174)
 (2) minyma panti-ma
 quieto sentar-IMPV
 'Fique quieto!'

Dâw, uma língua Makú do Noroeste da Amazônia, Brasil, é quase isolante em seu perfil; existem apenas alguns sufixos, e um deles é o imperativo *-ɔh* anexado à raiz do verbo

Dâw (Martins 1994, 2005)
 (3) ham-ɔh mɛŋ jód
 go-IMPV 1sg.poss ELATIVO
 'Afaste-se de mim!'

Em Dyirbal, uma língua australiana do norte de Queensland, formar um imperativo envolve deletar a consoante final do radical. O imperativo de *baniy* 'vir' é *bani* como em (4), e de *balgal* 'bater' - *balga* como em (5). O pronome pessoal singular é opcional (e está entre colchetes):

Dyirbal
 (4) (ŋinda) bani!
 você: vir:IMPV
 'você venha!'
 (5) (ŋinda) bayi yaɾa balga
 você um:subst:MASC homem.ABS bater:IMPV
 'Você bata no homem!'

(AIKHENVALD, 2010)

É admissível que nos imperativos haja a distinção da pessoa e do gênero do destinatário. Isso ocorre por meio de partículas pospostas ao verbo em que existe uma variação em relação ao gênero do falante:

Em Lakota, uma língua Siouan (Boas e Deloria 1941: 111-12), o imperativo é marcado por partículas pospostas ao verbo que variam de acordo com o sexo e o número do falante: *kaška* 'yo' (tie:stem impv.masc.sg) 'amarre!' (homem ordenando ou permitindo), *kaška* 'na' (tie:stem impv.fem.sg) 'amarre!' (mulher ordenando). Essas partículas, juntamente com interjeições e alguns outros marcadores, estão entre os poucos exemplos na gramática lakhota em que o gênero – masculino e feminino – é diferenciado dependendo do sexo

⁷ Os exemplos foram renumerados para melhor compreensão. Qualquer dúvida, consultar Aikhenvald (páginas especificadas).

do falante. Isso torna os imperativos em Lakhota um tanto semanticamente e formalmente mais complexos do que declarativos diretos (AIKHENVALD, 2010, p. 21-22).

3.5.1.2 Imperativos dirigidos a dois ou mais participantes

Os imperativos canônicos dirigidos a mais de uma pessoa oferecem três opções: empregar a mesma forma para destinatários singulares e para situações em que se dirige a dois ou mais participantes; uma língua não terá um marcador segmental para destinatário singular, e um marcador segmentar para destinatário não singular; uma língua pode ter marcadores segmentais para destinatários singulares e não singulares.

Uma língua pode empregar a mesma forma para destinatários singulares e não singulares com um mecanismo de desambiguação preferencial ou opcional para destinatários não singulares. Conforme Aikhenvald, isso é típico para línguas australianas sem prefixo, por exemplo, Dyirbal e Mbarbaram. Mas se o destinatário não é singular, é mais provável que o pronome pessoal seja incluído. Caso contrário, o pronome é opcional. Nos exemplos (6) e (7) de Dyirbal, os pronomes dual e plural são incluídos no comando, para efeito de desambiguação.

Dyirbal
 (6) ñubala bani
 você.dual vir:IMPV
 'Venham vocês dois!'
 (7) ñura bani
 você.pl vir:impv
 'Vocês (três ou mais) venham!' (AIKHENVALD, 2010, p. 26)

A autora traz outro exemplo, em Vitu, uma língua oceânica falada em Nova Britânia Ocidental, de uma oração imperativa que consiste tipicamente de uma raiz verbal que pode ser acompanhada por um objeto, como em (8).

Vitu
 (8) taba-ri-a hatama
 fechar-TR-3SG.OBJETO porta
 'Feche a porta (destinatário singular)! (AIKHENVALD, 2010, p. 26)

Acrescenta que a principal função dos pronomes subjetivos em orações imperativas é tornar explícito que o comando é dirigido a mais de uma pessoa pelo uso dos pronomes não singulares *moro/mo* 'vocês dois' e *miu* 'você plural', como em (9):

- (9) Mo guri-a
 você.du esperar-3SG.OBJETO
 'Espere por ele (vocês dois)' (AIKHENVALD, 2010, p. 26)

Um idioma não pode ter marcador segmental para destinatário singular, e um marcador segmentar para destinatário não singular. Aikhenvald explica que

Em latim, o sufixo *-te* é usado apenas para destinatários no plural no imperativo — *amā!* '(você uma pessoa) amor!', *amāte!* '(vocês muitos) amam!', *audī!* '(você é uma pessoa) escute!', *audīte!* '(vocês muitos) ouçam!'. O marcador do imperativo com um destinatário plural em Arapaho (uma língua algonquiana de Oklahoma e Wyoming) é uma oclusiva glotal enquanto o imperativo singular é formalmente desmarcado: faltam marcadores de sujeito no verbo e não tem mudança inicial no verbo radical (Cowell 2007: 45-6) (AIKHENVALD, 2010, p. 27).

Comanche, uma língua Uto-Asteca de Oklahoma, tem três números – singular, dual e plural. O imperativo da segunda pessoa do singular é o radical simples do verbo (Robinson e Armagost 1990: 261-3):

- Comanche
 (10) ihka buni t̥ih
 this see friend-VOC
 'Olha isso, amigo!' (AIKHENVALD, 2010, p. 27)

Se o comando for endereçado a duas pessoas, um marcador duplo especial é usado:

- (11) ʰhkooi b̥h̥
 dormir CORREF.DUAL
 'Vocês dois durmam!'

Se o comando for endereçado a mais de duas pessoas, o verbo recebe um marcador de plural *-ka*. É um clítico que deve ser anexado à primeira palavra da frase:

- (12) ohka-ka kwasinaboo?a w̥hkupa
 that-IMPV.PL cobra matar
 'Todos vocês, matem essa cobra!'

Esses exemplos ilustram um princípio geral: que um imperativo canônico com um destinatário singular é mais curto e muitas vezes morfologicamente mais simples do que uma forma correspondente endereçada a mais de uma pessoa (AIKHENVALD, 2010, p. 27).

É viável, ainda, que uma língua tenha marcadores segmentais para destinatários singulares e não singulares. Os exemplos trazidos pela autora esclarecem tal preceito:

Em Kwami (do subgrupo Bolé-Tangalé do Chade), o imperativo da segunda pessoa do singular é marcado com um sufixo *-ú*, e o imperativo plural com o sufixo *-á*:

Kwami (Leger 1994: 236-7, 77; os acentos nas vogais indicam tom alto)
 (13) *dín-ú* 'cozinhe!' (singular)
 dín-á 'cozinhem!' (plural)

Em galês moderno, o imperativo singular é marcado com o sufixo *-a* anexado ao radical do verbo; o imperativo plural envolve o sufixo *-wch*:

Modern Welsh (King 1993: 224)
 (14) radical do verbo *tafl-*
 sg imperativo *tafl-a*
 pl imperativo *tafl-wch* 'lance(m)!'

radical do verbo *arhos*
 sg imperativo *arhos-um*
 pl imperativo *arhos-wch* 'espere(m)!'

Os imperativos canônicos com destinatários não singulares⁸, em síntese, são sempre mais formalmente marcados do que seus correspondentes singulares. Isso é em parte devido à relativa marcação do não singular em oposição ao singular.

3.6 Imperativos não canônicos

Os comandos podem ser dirigidos a outras pessoas que não o destinatário – isto é, em primeira pessoa ('eu' ou 'nós') e terceira pessoa ('ela', 'ele', 'eles/elas'), segundo Aikhenvald (2010). A tradição linguística de base indo-europeia os diferencia dos imperativos canônicos. Nas palavras de Lyons (1977, p. 747), uma vez que apenas os imperativos de segunda pessoa são dirigidos 'àqueles que devem executá-los', 'o que é tradicionalmente descrito como imperativos de primeira e terceira pessoa [...], nas línguas indo-europeias, pelo menos, não são verdadeiros

⁸ Aikhenvald elabora análises variadas que comportam inúmeras línguas. Para uma maior pesquisa sobre como o imperativo é apresentado em outras línguas, consulte AIKHENVALD, Alexandra Yurievna. *Imperatives and Commands*. Oxford: Oxford University Press 2010. (Oxford Studies in Typology and Linguistic Theory).

imperativos', pois 'o sujeito desses chamados imperativos não se refere ao destinatário'.

A autora assevera que a indicação do imperativo parece tipicamente cruzar com categorias dêíticas e ser mais utilizado para a segunda pessoa, segundo Weinreich.

A indicação do imperativo parece tipicamente cruzar com categorias dêíticas e ser mais altamente desenvolvido para a segunda pessoa do que para a primeira ou terceira, para o futuro/presente do que para o passado. Os equivalentes do imperativo para não segunda pessoa são muitas vezes gramaticalmente mais analíticos e são assimétricos com a expressão de segunda pessoa (WEINREICH, (1963, p. 151).

Existe a possibilidade de haver a formação de um conjunto paradigmático com os imperativos canônicos e os não canônicos separados e marcados de uma maneira diferente quando orientados para o destinatário. Aikhenvald (2010, p. 56) explica que, em contraste com esses, “os imperativos não canônicos – orientados para a primeira e terceira pessoa – são marcados com um sufixo final do verbo *-va*”, em Paumarí. Comandos para primeira pessoa, singular e plural, são ilustrados pela autora em (15) e (16). Um comando para uma terceira pessoa é em (17).

Paumarí

(15) a-'bai-'a-va
1pl-comer-ASP-IMPV.NONCAN
'Deixe-nos comer'

(16) hana-ja o-vithi-va
Onde DIR 1sg-sit-IMPV.NONCAN
'Onde posso me sentar?'

(17) vadi-va oni isai
dormir-IMPV.NONCAN DEM.F criança
'Deixe a criança dormir' (AIKHENVALD, 2010, p. 56).

A autora apresenta outro exemplo semelhante que vem do Alambhak, uma língua da Família Sepik Hill, na Nova Guiné. O imperativo canônico é marcado com um prefixo *wa-*, enquanto os imperativos não canônicos⁹ recebem o prefixo *ɸa-*. Um imperativo canônico com um destinatário singular está em (18). Os exemplos (19) e (20) ilustram imperativos não canônicos.

Alambhak
(18) (ni) nuat wa-ya-n-t

⁹ Mais exemplos consultar Aikhenvald (2010).

(você) hambúrguer de sagu IMPV.CAN-eat-2sg-3sgf
'Você (sg) come o hambúrguer de sagu!'

(19) (nēm) nuat a-ya-nēm-t
(nós (pl)) hambúrguer de sagu IMPV.NONCAN-eat-2sg-3sgf
'Vamos comer o hambúrguer de sagu!'

(20) (rër) nuat a-ya-rt
(ele) hambúrguer de sagu IMPV.NONCAN-eat-3sgm-3sgf
'Ele deveria comer o hambúrguer de sagu!' (AIKHENVALD, 2010, p. 57).

Segundo Aikhenvald (2010), há outra maneira de separação entre os canônicos e os não canônicos. Ela assegura que é próprio dos imperativos canônicos ter uma marcação dedicada.

Imperativos canônicos podem ser separados dos não canônicos em outra maneira. Apenas imperativos canônicos podem ter uma marcação dedicada, enquanto os imperativos dirigidos à primeira ou terceira pessoa empregam uma forma de categoria diferente. Em latim, os comandos de primeira e terceira pessoa são expressos através do subjuntivo, por exemplo, *vivamus et amemus* 'vivamos e amemos', *fiat lux* 'que haja luz', e os comandos de segunda pessoa são expressos através do imperativo. Em linhas semelhantes, o subjuntivo é usado para imperativos não canônicos em romeno (Mallinson 1986: 24-5), como é o caso em muitas outras línguas românicas (Harris e Vincent 1988; Posner 1996) (AIKHENVALD, 2010, p. 59).

A autora endossa que as formas de alguns imperativos não canônicos podem se sobrepor parcialmente com os canônicos. Os imperativos da primeira pessoa podem formar um paradigma com os imperativos da segunda pessoa, e a terceira pessoa pode ser marcada de maneira bem diferente.

Em algumas línguas, as formas imperativas de terceira pessoa são mais frequentemente usadas em uma função imperativa canônica. Já para marcar um comando para uma terceira pessoa, o verbo adquire, em alguns casos, prefixo, e em outros, sufixo.

Uma língua pode ter uma construção especial para primeira pessoa e empregar uma forma de outra categoria diferente para o comando de terceira pessoa. Outra opção é empregar categorias não imperativas para a expressão de comandos de primeira e terceira pessoa, mantendo as formas imperativas especiais apenas para os imperativos canônicos e o *status* especial de um imperativo não canônico pode ser corroborado pela existência de formas substitutas irregulares.

Por vezes, segundo a autora, um imperativo dirigido a um destinatário singular coincide com a raiz do verbo.

Um imperativo dirigido a um destinatário singular – o mais prototípico de todos – muitas vezes coincide com a raiz nua do verbo. Imperativos dirigidos à primeira ou à terceira pessoa (chamados aqui de imperativos 'não-canônicos') tendem a ser mais formalmente marcados. E não raramente, eles são expressos analiticamente, enquanto uma expressão sintética de uma palavra é usada para um comando direto ao destinatário (AIKHENVALD, 2010, p. 75).

Meios diferentes dos imperativos de segunda pessoa são usados para formar imperativos de primeira e terceira pessoa. Dissemelhantemente, os de primeira pessoa desenvolvem sugestão, permissão, e os de terceira, desejos.

Os imperativos de primeira e terceira pessoa são frequentemente formados usando meios diferentes dos imperativos de segunda pessoa e não formam um único paradigma com eles. Imperativos de segunda pessoa são principalmente comandos. Em contraste, os imperativos de primeira pessoa podem desenvolver conotações de sugestão ou permissão, e os comandos de terceira pessoa sombreiam a expressão de desejos indiretos e mediados (AIKHENVALD, 2010, p. 76).

Segundo a autora, os não canônicos envolvem o destinatário mais falante. Os imperativos canônicos podem apresentar ambas as formas: regulares ou substitutas.

O imperativo não canônico mais comum é o inclusivo da primeira pessoa do plural – isto é, aquele que envolve o destinatário mais o falante. Já os imperativos canônicos podem ter formas irregulares ou supletivas. Candidatos típicos incluem verbos de movimento e postura (mas o leque de possibilidades se estende além desses). O mesmo se aplica aos imperativos supletivos de primeira pessoa. Em várias línguas, os imperativos supletivos têm um paradigma completo de formas. Somente as línguas com imperativo canônico supletivo singular também têm um supletivo não-singular, nunca o contrário (AIKHENVALD, 2010, p. 76-77)

A ausência do sujeito explícito, em muitas línguas, é uma propriedade peculiar de uma oração imperativa, o que gera uma distinção entre outras orações. É possível observar outra diferença entre o imperativo de outros tipos oracionais pela ordem dos constituintes – ordem dos sintagmas nominais completos e dos clíticos.

4 IMPERATIVO NA LÍNGUA PORTUGUESA

Pertinente se faz buscar referenciais teóricos para compreender os conceitos de gramática e os tipos de imperativo existentes primeiramente, antes que se focalize particularmente no uso do imperativo pelos Kaingang.

Givón preceitua que “a estrutura imperativa na linguagem humana adulta tende a deixar descodificados tanto o agente quanto o beneficiário-receptor. Isso ocorre porque – muito parecido com o falante e o ouvinte de declarativas – o agente e o destinatário de um comando são *óbvios* a partir do cenário interativo imediato”. (GIVÓN, 1979, p. 285-286).

Acrescenta que “na fala de humanos adultos, existem três atos de fala mais comuns: declarativo, interrogativo e imperativo”(GIVÓN, 1979, p.286), projetados para provocar ação por parte do ouvinte, os atos interrogativo e imperativo são manipulativos.

Para o autor, há o manuseio do imperativo é mais comum quando existe a necessidade de que ocorra uma ação.

As manipulações imperativas são mais comumente usadas para precipitar a ação, embora presumivelmente a ação também possa ser verbal. As duas características mais comuns dos imperativos, em termos de distância sintática da norma, são a falta de sujeito explícito e a morfologia verbal reduzida (GIVÓN, 1979, p. 280).

Feitas tais considerações, passemos à verificação que envolve os conceitos gramaticais do imperativo.

4.1 Conceitos de gramática

Faz-se válido, primeiramente, diferenciar os conceitos de gramática existentes. Há basicamente três sentidos, segundo Travaglia (2003, p. 24): no primeiro, a gramática é “concebida como um manual com regras de bom uso da língua a serem seguidas por aqueles que querem se expressar adequadamente”. É a chamada gramática normativa.

Na segunda concepção – gramática descritiva –, faz-se “uma descrição da estrutura e funcionamento da língua, de sua forma e função. Seria um conjunto de regras que o cientista encontra nos dados que analisa, regras utilizadas pelos falantes na construção real de enunciados” (TRAVAGLIA, 2003, p. 27).

Na terceira concepção, tem-se que a “gramática corresponde ao saber linguístico que o falante de uma língua desenvolve dentro de certos limites impostos pela sua própria dotação genética humana, em condições apropriadas de natureza social e antropológica” (FRANCHI, 1991, p. 54) – normalmente chamada de gramática internalizada. Não há livros dessa gramática, é o objeto de estudo dos dois outros tipos de gramática, sobretudo da descritiva.

Para o nosso estudo, utilizamos a abordagem da gramática descritiva, também chamada de funcionalista, a qual “trabalha com qualquer variedade da língua e dá preferência para a forma oral desta variedade” (TRAVAGLIA, 2003, p. 32). O que ela “considera é a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira intencionalmente satisfatória” (NEVES, 1997, p. 15).

4.2 Tipos de imperativos

Há dois tipos de imperativos gramaticais presentes nas línguas: o imperativo verdadeiro, que apresenta uma forma verbal própria à expressão desse modo; e imperativo não verdadeiro, o qual não apresenta uma forma específica para a expressão do imperativo (RIVERO, 1994; RIVERO; TERZI 1995). No caso do não verdadeiro, as línguas utilizam-se de formas verbais substitutas – formas associadas ao indicativo e/ou ao subjuntivo e, também, formas no infinitivo ou no gerúndio.

Na exposição do imperativo em português, apontamentos de Cunha e Cintra (1985, p. 464-471) explicitam que há duas características (do português europeu) no uso do imperativo verdadeiro.

Primeiramente, existe uma distinção entre o imperativo (1) e o indicativo – presente – (2) no uso da 2ª pessoa do singular, observe-se:

- (1) Diz tudo (2ª pessoa do singular)
- (2) Dizes tudo (2ª pessoa do singular)

Há, ainda, uma ocorrência exclusiva em frases afirmativas, portanto negar o imperativo verdadeiro é uma impossibilidade gramatical – nota-se:

Construções afirmativas: Diz tudo o que sabes sobre o assunto! (Imperativo verdadeiro)

Construções negativas: *Não canta! (forma substituta: Não cantes!)

Aludindo-se, especificamente, ao português brasileiro, segue-se um padrão como parcialmente uma língua do imperativo verdadeiro, uma vez que exhibe sistematicamente forma imperativa dissemelhante do modo indicativo: 2ª pessoa – no que se refere ao afirmativo – e não nega o imperativo verdadeiro, utilizando-se do subjuntivo como forma substituta (CEGALLA, 1991, p. 166-167; BECHARA, 1999, p. 236-237).

Ressalta-se que nas gramáticas citadas há uma significativa distância em relação a estudos sociolinguísticos quanto ao uso das formas do imperativo, pois, mesmo que a tendência do português brasileiro seja a do imperativo verdadeiro, há variação no uso dessas formas e do imperativo substituta voltada para o local geográfico em que se encontra o falante.

Há predominância do verdadeiro nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, enquanto as formas substitutas são mais comuns no Nordeste (Cardoso, 2006, p.320).

Constata-se, ainda, que a presença/ausência da negação e sua posição na oração destacam-se como outro aspecto relevante na análise das formas alternativas do imperativo.

No português brasileiro, verifica-se que a negação não impõe restrição quanto à manifestação das formas alternativas: o imperativo verdadeiro e o imperativo substituto podem ser negados, conforme mostram os exemplos (1) e (2):

- (1) Não tira esse livro da mesa!
- (2) Não pule!

No exemplo (1) tem-se a negação do imperativo verdadeiro; já no exemplo (2), há a evidência da possibilidade de negação no imperativo substituto.

4.3 Variação no uso do imperativo falado e escrito

O imperativo gramatical no português brasileiro apresenta um uso variável em relação à prescrição da gramática normativa (*cf.* SCHERRE, 2004; SAMPAIO, 2001). Cardoso (2006) afirma que, em todas as regiões do Brasil, há uma tendência, em maior ou menor grau, à variação no uso das formas gramaticais que codificam esse modo verbal para o contexto discursivo do pronome *você*.

Assevera que, em algumas regiões, o imperativo verdadeiro é encontrado em mais de 95%, esse número cai para menos de 50% em outras localidades. Essa variação ocorre tanto na língua falada, quanto na escrita.

Em algumas regiões, o imperativo verdadeiro é encontrado em mais de 95% das amostras de língua falada, como ocorre nas regiões Sudeste e Centro-Oeste (cf. SCHERRE, 2002); já em outras localidades do Brasil, esse percentual de uso cai para menos de 50%, como ocorre em algumas cidades do Nordeste, especificamente Salvador e Recife, conforme revelam algumas pesquisas (SAMPAIO, 2001; ALVES, 2004; JESUS, 2005). Essa variação não ocorre somente na língua falada. Textos escritos de gêneros diversos também apresentam variação como evidenciam pesquisas de Scherre (2002), com base em dados de histórias em quadrinhos; Cardoso (2004), com textos literários do escritor goiano José J. Veiga; Mattos & Wickert (2002), com letras de música de Chico Buarque e Abreu (2003), com textos literários do escritor baiano Jorge Amado (CARDOSO, 2006, p. 323).

O que acaba favorecendo o uso de uma ou outra forma do imperativo gramatical são fatores linguísticos e sociais. O falante, normalmente, ao produzir essas frases, não faz a associação à pessoa do discurso, conforme a sistematização da gramática tradicional.

Os exemplos de (29) a (32), trazidos por Cardoso (2006, p. 323-324), mostram o uso das formas do imperativo (verdadeiro e substituto) por um mesmo falante, em um mesmo contexto discursivo.

(29) Cheguei. ABRE a porta aí.

(30) FIQUE do meu lado. Vamos embora comigo.

(31) NÃO ENTRA no mar.

(32) NÃO ACEITE nada de estranho.

A autora afiança que fatores linguísticos como tipo de verbo e paradigma verbal, natureza afirmativa e negativa da frase, posição da partícula de negação, pronomes retos e posição e pessoa de clíticos interferem nos resultados. Fatores sociais também se têm mostrado relevantes, como faixa etária e grau de escolaridade.

Outra situação a ser analisada é a mudança no sistema pronominal do português, a qual tem grande relevância quando se refere à relação entre a variação no uso do imperativo e a pessoa do discurso. Segundo Faraco (1996, p. 3), a

mudança no sistema de tratamento no português é uma evidência de que mudanças sociais podem desencadear mudanças linguísticas e que estas, por sua vez, “desencadeiam uma série de outras mudanças internas”. Logo, é possível afirmar que o uso do pronome *você*, no português brasileiro, em substituição à forma *tu*, para segunda pessoa, interferiu no processo de variação do imperativo gramatical no português brasileiro.

Cardoso (2006) aborda os aspectos descritos para esse processo de mudança com os seguintes exemplos:

I - A gramaticalização/pronominalização de *você*, que passa a fazer parte do sistema pronominal como 2ª pessoa do discurso e 3ª pessoa gramatical, perdendo gradualmente o estatuto de *forma de tratamento* e assumindo as características de *pronome* (cf. LOPES; DUARTE, 2003; ANDRADE, 2004), conforme ilustra (33) e (34)

(33) Vossa Mercê > Você

(34) Você canta.

PRON 2S + V 3S (CARDOSO, 2006, p. 325)

II - O uso variável das formas pronominais *tu/você* para 2ª pessoa do discurso (cf. PAREDES SILVA; SANTOS; RIBEIRO, 2000; LOPES; DUARTE, 2003).

(35) Tu cantas. / Você canta.

PRON 2S + V 2S / PRON 2S + V 3S (CARDOSO, 2006, p. 325)

III - Uso variável da forma com e sem a marca morfológica de 2ª pessoa (36); neutralização da forma verbal de 2ª pessoa do singular e de 3ª pessoa do singular do modo indicativo (37).

(36) Tu cantas > Tu canta

(37) Tu canta / Você canta / Ele canta

PRON 2S + V 3S / PRON 2S + V 3S/ PRON 3S + V 3S

(CARDOSO, 2006, p. 325)

Uma das questões levantadas é a de que o falante usava o pronome *tu*, até o século XIX, com maior frequência, situação em que a produção do imperativo verdadeiro, o qual está associado à segunda pessoa (singular) do discurso (cf. PAREDES SILVA; SANTOS; RIBEIRO, 2000) era dominante. No século XX, ocorre a acentuação da mudança pronominal – *tu* é substituído por *você*, o que gera a expressão do imperativo por meio das formas associadas ao modo subjuntivo.

Cardoso enfatiza que isso gera um uso variável do modo verbal, imperativo verdadeiro e forma substituta são empregadas em contextos semelhantes como ato diretivo.

No século XX, a forma *você* passa a predominar como forma pronominal de segunda pessoa, sendo que, nesse contexto, segundo a tradição gramatical, o imperativo é expresso pelas formas associadas ao subjuntivo. Ocorre, porém, no português brasileiro, um uso variável desse modo verbal; o falante não faz essa associação à pessoa do discurso e, motivado por fatores linguísticos, sociais e históricos, usa o imperativo verdadeiro e a forma substituta em contextos semelhantes, senão idênticos, com um mesmo valor de verdade, a saber, como ato diretivo (CARDOSO, 2006, p. 327).

Diante de tais análises, a autora conjectura que o uso variável das formas do imperativo gramatical no português brasileiro está associado à neutralização das formas verbais de 2ª e 3ª pessoa em articulação com a neutralização das formas pronominais de 2ª pessoa do discurso.

5 NOÇÕES DA GRAMÁTICA KAINGANG

Neste capítulo, são apresentadas informações gerais de alguns tópicos da construção gramatical da língua Kaingang para que haja um melhor entendimento da estrutura e funcionalidade dessa língua indígena.

5.1 Padrões silábicos

Na língua Kaingang há a presença dos seguintes padrões silábicos:

Quadro 5: Padrões silábicos do Kaingang

Padrão silábico	Exemplo	Tradução
(V)	ã	2ª pessoa do singular
(VC)	ĩn	'casa'
(CV)	ta	'chuva'
(CCV)	prũ	'esposa'
(CVC)	gĩr	'menino'
(CCVC)	krĩg	'estrela'

Fonte: Adaptado de Almeida (2008, p. 39)

5.2 O verbo e o modo em Kaingang

Na tradição linguística moderna, Tesnière (1959) iniciou o estudo do verbo como centro da sentença no âmbito da Gramática de Valências. Segundo Perini (2006), por mais que os estudos de Tesnière apresentem diversas falhas, o reconhecimento do verbo como papel central da oração é fundamental e defensável, sendo ele o regente de toda a frase verbal.

O verbo em Kaingang possui, segundo Wiesemann ([1971] 2002), até quatro formas, as quais chama de alternantes. No entanto, o verbo nesta língua, além de variar/alternar conforme o ambiente, também pode modificar-se para expressar: (i) número; (ii) forma dos objetos; e (iii) causatividade (ALMEIDA, 2008).

Dentro do sistema verbal de uma língua é possível ou não ter as categorias de tempo, modo e aspecto marcadas, as quais são intimamente ligadas entre si. Almeida explicita que

Tempo, modo e aspecto são categorias intimamente ligadas entre si e fazem parte da sentença, podendo ser ou não marcadas dentro do sistema verbal de uma língua. A categoria de tempo está relacionada ao tempo em que ocorre um determinado evento; enquanto que a categoria de aspecto diz respeito à natureza do evento, à sua constituição temporal interna; e a de modo está ligada ao status da proposição que descreve o evento (ALMEIDA, 2008, p. 52).

O modo, segundo Lyons (1979), é, assim como o tempo, uma categoria que, frequentemente, se realiza pela flexão do verbo ou devido a sua modificação por meio de “auxiliares”. Trata-se de uma categoria linguística que serve para marcar, gramaticalmente, a atitude do falante em relação ao *status* factual do que se está dizendo, isto é, sua certeza e ênfase, sua incerteza ou dúvida, etc.

Almeida (2008) evidencia que há três subcategorias na categoria de modo: *realis*, *irrealis* e imperativo. Segundo a autora:

A subcategoria *realis* está ligada à categoria de aspecto, mais especificamente às subcategorias aspectuais perfectivo e imperfectivo. No entanto, a subcategoria *irrealis*, embora podendo ser expressa por *ke mū*, *ke nī*, *ke nýtī* (estas duas últimas combinações sendo mais raras) ou *(ke) tū nī*, isto é, por combinações que possuem tanto marcadores modais ('*ke*' e '*tū*') como aspectuais ('*mū*', '*nī*', '*nýtī*'), não podemos relacionar o *irrealis* às subcategorias aspectuais perfectivo ou imperfectivo, pois estas duas expressam um tipo de evento que teve seu início, podendo ter sido completado ou não. Ora, se um evento teve pelo menos seu início, não podemos tratá-lo como *irrealis*, ou seja, como algo que não aconteceu ainda: se teve início, o evento se realizou pelo menos um pouquinho, devendo ser tratado como *realis*. Assim, a subcategoria modal *irrealis* pode até estar relacionada à categoria de aspecto, mas não às subcategorias aspectuais perfectivo e imperfectivo. Já a subcategoria modal imperativo não está relacionada à categoria aspectual de maneira alguma. Nas subcategorias *realis* e *irrealis*, o sujeito é evidenciado (sendo SOV ou OVS os elementos da oração), na subcategoria imperativo, não (sendo OV os elementos da oração) (ALMEIDA, 2008, p. 104).

Dessa maneira, tem-se o imperativo na categoria de modo no sistema verbal Kaingang. Gonçalves (2007) considera que, de uma maneira geral, a expressão modal, em Kaingang, evidencia o grau de ‘verdade’, certeza ou fidedignidade que o falante empresta ao enunciado.

5.3 Os pronomes pessoais/possessivos e a ordem das orações

Quadro 6: Pronomes pessoais do Kaingang

Número/Pessoa	Singular	Plural
1 ^a	inh	ẽg
2 ^a	ã	ãjag
3 ^a não fem.	ti	ag
3 ^a fem.	fi	fag

Fonte: Almeida (2008, p. 42).

A ordem preferencial das orações em Kaingang é sujeito, objeto, verbo (SOV), quando os sujeitos das orações são nominais. Exemplos:

Sujeito Objeto Verbo

- | | <i>sujeito</i> | | <i>objeto</i> | | <i>verbo</i> | |
|----|--|----|---------------|-----|--------------|---|
| 6. | ũ týtá | fi | vỹ kur | ag | kykym | ∅ |
| | mulher | MF | MS roupa | MPL | cortar(pl.) | |
| | 'A mulher cortou as roupas (os tecidos)' | | | | | |

- | | <i>sujeito</i> | | <i>objeto</i> | | <i>verbo</i> | |
|----|--------------------|----|---------------|-----|--------------|--|
| 7. | ã | mỹ | Neco | vé? | ∅ | |
| | 2SG | MS | Manuel | ver | | |
| | 'Você viu o Neco?' | | | | | |

Tal ordem, entretanto, poderá ser OVS quando o núcleo do sujeito for ocupado por um pronome pessoal, sem que haja, na oração, qualquer unidade gramatical ('marcador de sujeito') para marcar sua função sintática. Esta será evidenciada pela posição do pronome no fim da oração (ALMEIDA, 2008). Exemplo:

Objeto Verbo Sujeito

- | | <i>objeto</i> | | <i>verbo</i> | | <i>sujeito</i> | |
|----|-------------------------|--------|--------------|-------|----------------|--|
| 8. | gār | fãn | kãn | fi | ∅ | |
| | milho | colher | já | 3SG.F | | |
| | 'Ela já colheu o milho' | | | | | |

Os pronomes pessoais do Kaingang são: inh, ãg, ã, ãjag, ti, ag, fi, fag, classificados da seguinte maneira:

Tais considerações referentes à sistematização da língua Kaingang são pertinentes para que se observe como a estrutura gramatical de uma oração é construída na língua indígena.

5.4 Marcação de sujeito

Os Kaingang, conforme apontamentos de Wiesemann (2002), marcam o sujeito na oração por meio dos seguintes marcadores:

Quadro 7: Marcadores de sujeito do Kaingang

jé 'sujeito antecipa a ação, ação desejada pelo falante'
 mỹ 'sujeito na pergunta que pede resposta 'sim' ou 'não'
 ne 'sujeito é original da ação'
 né 'agente tem sentimento' (somente na terceira pessoa)
 'nỹ' 'sujeito é tópico e contrastado com vỹ, mudança de sujeito'
 pijé 'sujeito não faz a ação'
 tóg 'sujeito é agente'
 tỹ 'agente é ergativo; indicador de tópico'
 vé 'este sujeito faz coisas ruins'
 vỹ 'sujeito é tópico'

Fonte: Wiesemann (2002, p. 156).

Segundo exemplos trazidos por Almeida (2008), na oração, os marcadores de sujeito são pospostos às unidades lexicais substantivas (sentenças 1, 2, 3 e 4, abaixo) ou a pronomes em orações interrogativas (sentença 5). Exemplos:

1. gĩr vỹ fág kó ø
 menino MS pinhão comer
 'O menino comeu o pinhão'

2. isỹ tĩg kar kỹ, inh krĩ tóg kaga mũ
 1SG ir depois 1SG.POSS cabeça MS doer ASP.CONT
 'Depois que parti, minha cabeça estava doendo'

3. inh livro tỹ vỹn ké
 1SG.POSS livro MS devolver
 'Devolva meu livro'

4. Ludo pijé móra hã nig mũ
 Ludo MS bola chutar ASP.CONT
 'Não foi a bola que Ludo chutou'

5. ã mỹ Neco vé?
 2SG MS Manuel ver
 'Você viu o Neco?'

6 PRESENÇA DO IMPERATIVO NA LÍNGUA KAINGANG

Nas línguas em geral, o imperativo, como visto nas teorias abordadas, é utilizado quando há um desejo de que algo seja declarado, algo seja perguntado ou, ainda, no intuito de persuadir alguém a realizar uma ação. Notamos que não necessariamente o imperativo precise comandar – é cabível para súplicas, pedidos, conselhos e instruções.

O imperativo pode ser formado de algumas maneiras: a raiz ou um radical de um verbo podem ser marcas de comando, outra forma do verbo pode ser redistribuída – formas presentes, futuras ou *irrealis* em modo declarativo. Um sufixo especial ou um clítico e um indicador evidente de imperativo, podendo ser um afixo segmentar, um conjunto especial de marcadores pronominais, um contorno de tom ou uma partícula. O uso de marcadores evidentes de imperativos pode ser de vários tipos, que é o caso da língua Kaingang, em que o imperativo aparece da seguinte forma: *-m nĩ ~ nĩ e ra*.

O marcador *-m nĩ ~ nĩ* é chamado de *imperativo imperfectivo* por Wiesemann (2011, p. 19), sendo traduzido por ‘faça em qualquer tempo!’. Eis alguns exemplos apresentados pela autora:

(1) Ti vĩ kafã nĩ!
 Ele falar responder IMPER
 ‘Não responda a ele!’ (WIESEMANN, 2011, p. 19)

(2) Fi vēkrēn han nĩ!¹⁰
 Ela chorar fazer IMPER
 ‘Não a faça chorar!’ (WIESEMANN, 2011, p. 94)

(3) Vēnh nĩg já ěn tá, ã ĩn ti fēg nĩ!
 moradia aquele lá 1SG.POSS casa 3PS pôr em pé IMPER
 ‘Faça a sua casa naquele lugar!’ (WIESEMANN, 2011, p. 94)

Percebe-se, nos três exemplos acima, o marcador *nĩ*, indicando o imperativo imperfectivo, uma ação a ser realizada; mas não há uma especificação clara quando deve ocorrer, portanto se entende que pode ser concluído tal comando em qualquer

¹⁰ O exemplo trazido por Wiesemann estava no proibitivo, realizado com *tũg nĩ*! O participante Jhonnifer Jógé Tavares da TI Rio das Cobras explicou que a transformação das orações (1 e 2) proibitivas da pesquisa de Wiesemann para a forma afirmativa do imperativo acontecem com a exclusão da negação *tũg*.

tempo (WIESEMANN, 2011). Pode se tratar, ainda, de um pedido, o que explicaria o uso de *nĩ* em vez de *ra*, visto que acreditamos na probabilidade de esse marcador ser usado com uma certa polidez pelo enunciador.

O marcador *ra*, por sua vez, recebe o nome de *imperativo neutro* e sua tradução é ‘faça agora!’.

(4) Run ja fónfân ra!
Carregar água ASP.terminado encher IMPER
‘Enche os baldes de água!’ (WIESEMANN, 2011, p. 19)

(5) Ā néj grug ra!
2SG.POSS vela/luz acender luz/fogo IMPER
‘Acenda sua vela!’ (WIESEMANN, 2011, p. 22)

(6) Ag kâgem ra!
3PL.M fazer entrar imper.
‘Faz eles entrarem!’ (WIESEMANN, 2011, p. 41)

Os três exemplos abordados trazem o marcador *ra*, indicando o imperativo neutro. O comando determinado nas orações é para ser realizado imediatamente, significando “faça agora” (WIESEMANN, 2011, p. 157). Givón (2001, p. 312) traz que “muitas convenções específicas da cultura governam manipulação verbal interpessoal em línguas específicas”.¹¹ Em algumas situações há uma maior força de manipulação, é o caso dos exemplos extraídos do Novo Testamento:

(7) Kĩ tóg ti mĩ: “nĩ¹² ra,” he mũ.
Então ANÁF 3SG para levantar IMPER dizer ASP.narrativo
Então ele disse para ele: “Levanta-te!” (TOPÊ VÍ RÃ, 2005; BÍBLIA, 1969, MT 2:20)

Nesse exemplo, percebe-se que “o manipulador (falante) tem autoridade legítima sobre o manipulado” (GIVÓN, 2001, p. 312); dá-se uma ordem é explícita.

(8) Kĩ Jesus tóg ti mĩ: “ha tĩg, Satanás,” he mũ
Então Jesus ANÁF 3SG para agora ir Satanás dizer ASP.narrativo

¹¹ Todas as traduções de Givón (2001) são minhas.

¹² O sentido de *nĩ* é *sentar-se*. Entende-se, em kaingang, que alguém que está deitado só pode ficar em pé, se se sentar antes.

‘Então Jesus lhe disse: “Vai-te, Satanás!”’. (TOPÊ VÍ RÃ, 2005; BÍBLIA, 1969, MT 4:10)

Nesse segundo exemplo, *ha* – indicador do imperativo neutro – determina algo para ser feito imediatamente; a ação deve ser executada no momento da fala. Além dessa determinação temporal, depreende-se a força de manipulação do falante para com o ouvinte.

(9) Vãsỹ Topẽ tỹ ãg si ag
 Faz tempo Deus MS 1PL.POSS antepassado 3PL.M

“jagnẽ mỹ ón tũg nĩ,” he mũ
 Um ao outro mentir NEG IMPER dizer

‘Faz tempo, Deus disse aos antigos: “Não minta um ao outro”’

(TOPÊ VÍ RÃ, 2005; BÍBLIA, 1969, MT 5:33).

No exemplo (9), existe a predominância do imperativo na composição das orações, por isso a presença do indicador – *nĩ* – evidenciando o marcador do imperativo. No caso, as ações solicitadas podem ser executadas em qualquer tempo.

A análise proposta por Wiesemann parte, portanto, dessas duas possibilidades de uso dos marcadores de imperativo. Concordamos com a autora, todavia, é possível que, além de indicar que a ação deve ser feita no exato momento em que foi solicitada (*ha*) ou em qualquer momento (*nĩ*), o comando seja efetuado pelo grau de intimidade, relação hierárquica, cordialidade, entre outros.

Segundo Givón (2001, p. 311) “Sob o guarda-chuva genérico do imperativo recai um número potencialmente grande de atos de fala manipulativos. O denominador comum de todos eles tem a ver com a manipulação pretendida. São todos atos verbais pelos quais o falante tenta levar o ouvinte a agir”. Partindo desse pressuposto, podemos absorver que os marcadores de imperativo sejam utilizados, ainda, com a potencial força ilocucionária que levará o ouvinte a executar tal ação de maneira determinada pelo falante. O objetivo a ser alcançado pode especificar qual marcador deve ser utilizado na enunciação. Veremos mais exemplos adiante.

6.1 Ações imperativas

A despeito do objeto do estudo ser o imperativo, faz-se necessário abordar a presença das orações imperativas no Kaingang e como são estruturadas.

Além dos indicadores de imperativo, a língua Kaingang apresenta orações imperativas que denotam ordem, pedido, conselho, advertência, permissões e proibições (WIESEMANN, 2011).

Conforme apontamentos feitos por Wiesemann, as orações imperativas não contêm sujeito nem Ergativo, nem absolutivo. Existem vários tipos:

I - Os *imperativos diretos (neutros)* podem somente ser compostos de objeto (se são transitivos), verbo (transitivo ou intransitivo mas não semitransitivo) e o indicador <ra>.

- (10) ã kur fa ra!
 1SG roupa lavar [imp.]
 'lave a sua roupa agora' (WIESEMANN, 2011, p. 167).

II - Existe uma segunda forma dos *imperativos diretos (neutros)* que são compostos de circunstâncias, objeto (se é v.tr.), indicador de circunstância (se é v.s. ou v.i.) e qualquer de verbo. Não podem conter nenhum indicador de aspecto.

- (11) Inh mĩ inh kur fa sór
 1SG para 1SG.POSS roupa lavar MODO
 'Tenha vontade de lavar minha roupa agora para mim!' (WIESEMANN, 2011, p. 167).

III - Os *imperativos indiretos (imperfectivos)* podem ser compostos tanto de circunstâncias quanto de objeto (com v.tr.), indicador de circunstância (com v.s. ou v.i.) e verbo, seguido pelo indicador de aspecto *-m nĩ*, que significa 'faça em qualquer tempo'. Podem terminar em um indicador de opinião.

- (12) Inh mĩ inh kur fam nĩ!
 1SG para 1SG.POSS roupa lava IMPER
 'Lave minha roupa em qualquer tempo para mim!' (WIESEMANN, 2011, p. 167-168).

IV - Os pedidos e as *advertências* não admitem nenhum indicador de aspecto, mas são introduzidas seja pelo indicador de opinião de pedido *há*, seja pelo indicador de opinião de advertência *ker*.

(13) Ha tĩg!
 agora ir
 ‘faça o favor de ir!’

(14) Ker kutẽ
 Cuidado cair

Tenha cuidado para não cair! (WIESEMANN, 2011, p. 168).

V - As permissões e as proibições são introduzidas pelos mesmos indicador de opinião e terminados por um outro indicador de opinião. Não contêm um indicador de aspecto. A dupla das permissões é *ha ... ge*, a das proibições é *ker ... hẽ*.

(15) Ha tĩg ge!
 agora ir também
 ‘pode ir!’

(16) Ker tĩg hẽ’
 Cuidado ir de jeito nenhum
 ‘não pode ir de jeito nenhum!’

(WIESEMANN, 2011, p. 168).

6.2 Imperativo e as categorias de tempo, modo e aspecto

Tempo, modo e aspecto são categorias intimamente ligadas entre si e fazem parte da sentença, podendo ser ou não marcadas dentro do sistema verbal de uma língua. “A categoria de tempo está relacionada ao tempo em que ocorre um determinado evento; enquanto a categoria de aspecto diz respeito à natureza do evento, à sua constituição temporal interna; e a de modo está ligada ao status da proposição que descreve o evento” (ALMEIDA, 2008, p. 52).

Observou-se que na língua Kaingang, há marcadores de aspecto que podem seguir os verbos e um grupo de indicadores de modo.

Quadro 8: Marcadores de aspecto que acompanham verbos e indicadores de modo no Kaingang

mũ ~ ù	'durativo, ação em progresso'
nĩ ~ mnĩ	'faça qualquer tempo!' (ocorre nas orações imperativas)
ra	'faça agora' (ocorre nas frases imperativas)

Fonte: Baseada em Almeida (2008).

Ursula Wiesemann, em seu artigo “Time distinctions in Kaingáng” (1974), faz uma análise semântica da marcação temporal feita, principalmente, pelos Kaingang que utilizam o dialeto do Paraná. Além das expressões temporais como “hoje”, “ontem”, “agora”, e do que ela chama de unidades de tempo como “dia”, “noite”, “mês”, a autora analisa os termos de parentesco e as partículas de aspecto que, segundo ela, colaborariam para a marcação do tempo feita por este povo. Wiesemann comenta que a influência do português pode ser vista não só por meio das palavras emprestadas, mas também na própria mudança da dimensão temporal da língua Kaingang e do modo de pensar desses indígenas:

[...] a influência do português está fazendo um impacto na língua. Isso pode ser visto não apenas em palavras emprestadas isoladas, mas mudando lentamente a dimensão temporal da língua e do pensamento dos índios. [...] Só muito lentamente um sentido de desenvolvimentos históricos está crescendo no pensamento Kaingáng. Qualquer acontecimento mais afastado do que a experiência pessoal permite está ainda relacionado com a própria origem das coisas, sobretudo se for afastado não só no tempo, mas também na geografia e na cultura. Esta é uma das principais dificuldades em relatar eventos falados na Bíblia (WIESEMANN, 1974, p. 120, 125).

Wiesemann afirma que, além das unidades de tempo específico, geral, sequenciadores de eventos e das unidades que ligam os eventos e expressam a atitude do falante, a referência ao tempo pode ser encontrada nos marcadores de imperativo, tais como: *ra* “faça isso agora”, *-mnĩ* “faça isso em qualquer hora”; ou no próprio verbo: *tĩg* “ir”, presente singular, *mũ* “ir”, presente plural, *vyr* “ir”, passado singular, *kagáv* “ir”, passado plural (ALMEIDA, 2008, p. 82).

Almeida, que fez sua pesquisa com participante adulto do Apucarânia, em 2006-2007, traz em suas análises que *vyr* e *tĩg* já foram dados como tendo igual significado:

- 1) gĩr vỹ ĩn ra vyr (=tĩg) ø
 menino MS casa para ir
 ‘O menino foi para casa’

E acrescenta que o mais comum é que *tĩg* apareça em construções com modo *irrealis* e imperativo:

- 2) gĩr vỹ ĩn ra tĩg ke mũ
 menino MS casa para ir FUT
 ‘O menino irá para casa’

- 3) kur tĩg
 rápido ir
 ‘vá!’

- 4) ha tĩg
 agora ir
 ‘pode ir!’

- 5) kur tĩg sór:
 rápido ir querer
 ‘vá logo!’

- 6) kur ĩn ra tĩg:
 rápido casa para ir
 ‘vá para casa!’

- 7) ĩn ra tĩg
 casa para ir
 ‘vá para casa!’

O nosso participante colaborador da TI Rio das Cobras corroborou com tal afirmação, uma vez que forneceu a sentença abaixo em que *tĩg* foi usado em uma construção com modo imperativo e não houve a necessidade de um marcador. Isto posto, acreditamos ser plausível que uma construção com *tĩg* prescinde de um marcador específico.

- 8a) Runrun ja fónfãn tĩg!
 vasilha para carregar água encher ir (Rio das Cobras, 2022)

Todavia, contrastando a mesma sentença, nota-se uma variação:

- 8b) Runja fónfãn **ra!**
 vasilha para carregar água encher IMP (WIESEMANN, 2011, p. 19)

- 8c) Marde fónfãn **rỹ!**
 balde encher IMP (Apucarantina, 2022)
 ‘Enche os baldes de água!’

Na sentença 8b, Wiesemann traz o marcador de imperativo *ra*, em coleta realizada na TI Rio das Cobras na década de 1960-1970. O participante (jovem universitário) da mesma localidade elabora a mesma construção com o uso de *tĩg* e sem marcador, pode-se pensar na viabilidade de quem dá o comando e também a quem é dirigido, Givón (2001, p. 312) afirma que “a cláusula a qual rege a manipulação verbal envolve relações entre o falante e o ouvinte”; o não uso de marcador na oração pode salientar uma possível polidez (mais exemplos abaixo).

Assim, ao utilizar *tĩg* sem marcador explícito, o comando poderia ser dirigido a alguém próximo, algum familiar. Já a participante do Apucarantina (adulta pós-graduada) fornece a mesma sentença com o uso de um marcador, *rỹ*, considerado uma variação de *ra*, o qual salienta expressão sem polidez.

Ao analisar a investigação do modo imperativo trazida por Almeida (2008, p. 102), observa-se as seguintes estruturas:

- *Pedido*: ‘Fale devagar’ (ALMEIDA, 2008, p. 102)

- 9) kumēr hã vĩ
 devagar falar
 ‘Fale devagar’

- *Conselho*: ‘Vá para casa, já é noite’

- 10) ĩn ra tĩg, kuty ti nỹ ha
 casa para ir noite 3SG.M deitar agora
 ‘Vá para casa, já é noite’

- *Ordem/Pedido*: ‘Devolva-me o livro’

11) inh livro tỹ vỹn ké
 1SG livro ms devolver
 ‘Devolva meu livro’

- *Ordem*: ‘Não mexa em minhas coisas’

12) isỹ nén ã vóg tũg ra
 1SG coisa alguém mexer NEG IMP
 ‘Não mexa em minhas coisas’

Nas sentenças acima, nota-se que a segunda pessoa, para quem é dirigido o comando, não está expressa; fica subentendida. Observa-se, ainda, a ausência de qualquer marcador. Em 9, 10 e 11, não há a presença de marcador de imperativo.

No exemplo 10, *ra* está na função de posposição com sentido de *para*.

Ao indicar uma ordem, constata-se na estruturação da sentença o marcador *ra* no final da oração, como é o caso da oração 12.

Nota-se que nas orações 9, 10 e 11, o modo imperativo tem semântica de *pedido*, diferentemente da sentença 12, em que o imperativo é uma ordem de fato.

Portanto, pode-se depreender que, ao utilizar o imperativo em forma de pedido, ou seja, com uma expressão polida, cortês, não se usa marcador; não há, ainda um tempo específico para a concretização da ação solicitada, visto que não se estabelece tal ação com marcadores de tempo determinado.

Já, no caso de ordem (sentença 12), nota-se o marcador explícito. Dessa forma, levanta-se a hipótese de que, nessas situações, o marcador é necessário, o momento da execução é determinado – *faça agora!* – e infere-se a ausência de qualquer expressão que denote polimento; provavelmente, usa-se em situações hierárquicas ou outras que estabeleçam a necessária ênfase na força ilocucionária do comando. Tal hipótese tem embasamento em Givón (2001, p. 313), que infere que

[...] a variação exata do ato de fala manipulador a ser selecionado é determinada pelos gradientes de *status*, poder e obrigação entre o manipulador e o manipulado. Questões de polidez, propriedade, medo ou respeito e possíveis consequências sociais do uso impróprio são todas pertinentes à escolha de construção manipuladora.

É possível observar tal situação com outros exemplos:

13) inh mĩ goj mã
 1SG para água pegar
 ‘Pegue água para mim’

(ALMEIDA, 2008, p. 103)

14) gār tu rỹ
 milho carregar IMP
 ‘Carregue milho’

(ALMEIDA, 2008, p. 103)

Na frase 13, há objeto indireto (acompanhado da posposição *mĩ*), objeto direto e verbo: a sentença imperativa é um *pedido*. Na 14, há o objeto direto, o verbo e o marcador de imperativo *rỹ*: a sentença imperativa é uma *ordem*. Em Wiesemann (1980), o marcador *rỹ* indica ‘faça isso agora’ e em Wiesemann (2002) o marcador *ra*, o qual chama de indicador de aspecto, significa ‘faça agora!’. Destarte, é sugestivo que o uso de marcador de imperativo no Kaingang aconteça para emissão de ordem; no caso de pedido, por ser uma maneira mais branda no uso da linguagem, dispensa-se a explicitação do marcador, uma vez que não há, ainda, ênfase no momento específico da realização do ato solicitado.

É possível que esses marcadores de modo, não de aspecto como diz Wiesemann (suspeita-se), possuem alguma diferença de significação, mas como nos faltam mais dados, isso ainda não pode ser confirmado. Será um dos objetos de estudo para uma confirmação ou uma outra possibilidade que justifique a estrutura da sentença.

6.3 Proibitivos

Ao observar a relação entre proibições e imperativo, buscaram-se algumas análises feitas por Ferreira (2011) acerca do uso de orações imperativas e de proibitivos em Kaingang, a fim de estabelecer o uso de ambas as situações no emprego da fala. Com base em Almeida (2008) e em Wiesemann (1971), o autor demonstrou que, embora não sejam obrigatórias, há partículas que podem ser usadas apenas no imperativo e no proibitivo. O autor aponta que o imperativo, nos dados retirados de Almeida (2008), semelhante se faz, em Kaingang, como o indicativo, uma vez que o verbo deixa de apresentar marca de pessoa e não existe uma alteração com a polaridade. Como é possível perceber em:

15) Kumer hã vĩ

Devagar falar

‘Fale devagar!’ (ALMEIDA, 2008, p. 102 *apud* Ferreira, 2011, p. 113)

Já no proibitivo ocorrerá uma adição da marca de negação *tũg* e haverá a marca de imperativo *ra* no final da oração. A pessoa será marcada antes do verbo.

16) Isỹ nén ũ vóg tũg ra

1SG coisa alguém mexer NEG IMP

‘Não mexa nas minhas coisas!’

(ALMEIDA, 2008, p. 102 *apud* Ferreira, 2011, p. 113)

Wiesemann (1971), em seus dados, traz que, nas orações transitivas, existe a presença de *hẽ* ao final da oração, que é marca de imperativo, a qual estará também presente no proibitivo (FERREIRA, 2011).

17) Pỹn tãnh hẽ

Cobra matar IMP?

“Mate a cobra!” (WIESEMANN, 1971, p. 339 *apud* Ferreira, 2011, p. 113)

Ferreira (2011, p. 114) pressupõe, por conseguinte, que “nas orações intransitivas imperativas, entretanto, é possível notar a presença de outra marca, ‘rỹ’, que ocorre somente nesse contexto, ‘hẽ’ voltando a ocorrer mais uma vez no proibitivo. A forma verbal, por sua vez, não muda de acordo com a polaridade”.

18) Nur rỹ

dormir IMP

“Durma!” (WIESEMANN, 1971, p. 340 *apud* Ferreira, 2011, p. 114)

19) Ker nur hẽ

NEG dormir IMP

“Não durma!” (WIESEMANN, 1971, p. 340 *apud* Ferreira, 2011, p. 114)

Partindo de tal pressuposto, Ferreira (2011) obtém o seguinte resultado:

Em relação ao tempo – se imediato, usa-se *ra~rỹ* no imperativo e *tug ra~rỹ* no proibitivo. Já considerando um tempo não imediato, no imperativo tem-se *nĩ* e no proibitivo, *tũg nĩ* FERREIRA (2011, p. 193).

Compartilhamos o entendimento do autor ao concluir o uso do imperativo com marcadores em relação ao tempo a ser executada a tarefa (conforme Wiesemann aponta em seus estudos) e acrescentamos que o uso do imperativo pode ser entendido a partir da amenidade da entonação, assim como sua negação.

Partimos do pressuposto de que o uso de *ra~ry* simboliza uma forma menos amena e sua negação será com o uso de *tũg*, que também demonstra menor polimento na emissão da fala.

No uso do imperativo imperfectivo *-m nĩ ~ nĩ* — ‘faça em qualquer tempo!’ em sentido negativo, perceberam-se as seguintes construções:

20a) Ti vĩ kafãn tũg nĩ!
 3SG falar responder NEG IMP
 ‘Não responda a ele!’ (WIESEMANN, 2011, p. 19; Rio das Cobras)

20b) Ti vĩ kato tũg nĩ!
 3SG falar responder NEG IMP
 ‘Não responda a ele!’ (Apucarânia)

21a) Fi vėkrėn han tũg nĩ!
 3SG.F chorar fazer NEG IMP
 ‘Não a faça chorar!’ (WIESEMANN, 2011, p. 94; Rio das Cobras)

21b) Fi fỹg tũg nĩ!
 3SG.F fazer chorar NEG IMP
 ‘Não a faça chorar!’ (Apucarânia)

Nessas sentenças, vê-se que os marcadores do imperativo se mantêm, escreve-se da mesma maneira na TI Rio das Cobras e nos escritos de Wiesemann; em Apucarânia, usa-se o mesmo marcador, todavia nota-se uma variação em relação ao verbo. Em que pese não ser objeto da análise em questão, mostra-se como uma possível variação.

Nos exemplos (20a, 20b, 21a, 21b), percebe-se que a negação do imperativo não imediato, o qual se faz com *nĩ*, acontece a partir de uma combinação com *tũg*, situação que se itera nas quatro construções. Dessa forma, assimila-se a construção de um cenário em que o imperativo tardio em Kaingang receba a partícula *nĩ* e seja negado com a partícula *tũg*.

Neste exemplo também se mantém a construção com *nĩ*.

22) *kỹ vemnĩ nén tỹ hěn ri ke mũ ti*
então ver.IMP coisa que acontecer ASP.CONT 3SG.ANÁF

‘e vejam o que acontece quando vocês têm muita luz.’ (lit. “então vejam o que está acontecendo”) (ISHIKAWA, 2020, p. 27 – Apucarânia; Rio das Cobras). Revalidando tal expectativa, no exemplo (22), por não ser uma frase que envolve negação, inexistente a partícula *tũg*.

Imperativo neutro – *ra* / *rỹ*

Retomando a análise de Wiesemann, no uso do imperativo neutro - *ra* — ‘faça agora!’, foram coletadas as seguintes orações:

23a) *Ã néj grũg ra!*
2SG vela/luz acender luz/fogo IMP (WIESEMANN, 2011, p. 22)

23b) *Ã néj grũg rỹ!*
2SG vela/luz acender luz/fogo IMP (Rio das Cobras)

23c) *Ã néj grug rỹ!*
2SG vela/luz acender luz/fogo IMP (Apucarânia)

‘Acenda sua vela!’

Nas três orações, percebe-se a variação em relação ao marcador do uso do imperativo: Wiesemann traz apresenta a construção com *ra*, já em Apucarânia e em Rio das Cobras nota-se a presença de *rỹ*, o que corrobora para uma possível variação diastrática, visto que os participantes atuais possuem uma faixa etária próxima entre si e distantes com relação a Wiesemann. É perceptível a mesma situação em excertos da Bíblia:

24a) *Kỹ tóg ti mỹ: “nĩ ra,” he mũ.*
Então MS.ANÁF 3SG para levantar IMP dizer ASP.narrat
‘Então ele disse para ele: “Levanta-te!”’(TOPÊ VÍ RÃ, 2005; BÍBLIA, 1969, MT 2:20)

24b) Kĩ tóg ti mĩ: “nĩ rĩ,” he mũ.

Então MS.ANÁF 3SG para levantar IMP dizer ASP.narrat

‘Então ele disse para ele: “Levanta-te!”’ (Apucarânia; Rio das Cobras)

Podemos pensar em imperativo instantâneo, o qual Wieseemann traz como o “faça agora”, que é realizado com *ra* e *ri* (este, por participantes mais jovens). Verificando os exemplos (24a e 24b), nota-se a explicitação de uma ordem; assim, percebe-se a força ilocucionária enfatizada, o que reafirma o possível uso desses marcadores em casos de hierarquia ou em outra situação em que o receptor necessite executar o ato rapidamente.

O próximo exemplo foi retirado do livro *Brilhos na floresta*, cuja versão para o Kaingang foi feita por nossa colaboradora participante, nascida e habitante da TI Apucarânia. A construção se faz com o marcador *ri*:

25) Ve há han nĩ rĩ, ti tĩ hẽn tá grugrug mũ tá,
ver bem fazer ASP IMP 3SG que onde brilhar.PL ASP LOC
‘Olhem bem onde está brilhando’

ãjag néj grugrug rĩ,
2PL vela/luz acender luz/fogo IMP

‘Acendam a lanterna!’ (Apucarânia)

Observou-se, ainda, que, em construções nas quais evidenciavam-se expressões circunstanciais, não há a presença do marcador de imperativo, tanto na oração retirada da Bíblia, quanto na construção fornecida pelos participantes.

Ha – agora

26) Kĩ Jesus tóg ti mĩ:

Então Jesus MS.TÓP 3SG.M para

“ha tĩg, Satanás,” he mũ
agora ir Satanás dizer ASP.narrat

‘Então Jesus lhe disse: “Vai-te, Satanás”’. (lit. ‘vai rápido’)

(TOPE VÍ RÃ, 2005; BÍBLIA, 1969, MT 4:10; Apucarânia; Rio das Cobras)

- 27) – Sĩg ta.
 ‘Estou indo embora’
 – ha tĩg
 “pode” ir (lit. agora vai) (Apucarantina; Rio das Cobras)

Na segunda estrutura, vê-se o mesmo – expressão circunstancial presente, marcador de imperativo ausente.

Nas ações imperativas, Wiesemann demonstra que não há, na construção das orações, um marcador de imperativo. Concordamos com a autora e observamos que tal fato se confirma com as sentenças a seguir:

- 28) Sỹ venh há tĩ!
 1SG.MS ver.FUT querer HAB
 Nũ’êmja, mũ jé? Mũ jé!
 Noêmia, ir.PL ASP.FUT ir.PL ASP.FUT
 ‘Ah! Eu quero ver! Vamos, Noemia? Vamos!’
 (*Brilhos na Floresta* -- Apucarantina; Rio das Cobras)

- 29) ã mruja tu rỹ kusãg jé ti ke mũ.
 2sg blusa usar IMP esfriar FUT 3SG FUT ASP
 ‘Vista a blusa porque vai esfriar’ (Apucarantina; Rio das Cobras)

- 30) Kagré fár kufé rỹ kỹ pĩ kãra rãg.
 Mandioca casca tirar IMP então fogo no pôr
 ‘Tire a casca da mandioca e ponha a mandioca no fogo.’
 (Apucarantina; Rio das Cobras).

Faz-se necessário que uma análise mais detalhada sobre o emprego do imperativo em comandos distintos e nas possíveis construções optativas em que o modo subjuntivo aparece como uma referência na escrita e outras sentenças cotidianas seja realizada. Para isso, será primordial uma pesquisa de campo e uma comparação entre as falas das TIs que compõem o dialeto Kaingang, a fim de comprovar a polidez no uso dos marcadores de imperativo e da forma como os mais

jovens têm usado as expressões de pedido, ordem, conselho, advertência, permissões e proibições.

Considerando-se que língua é uma instituição social em constante processo de elaboração, está sujeita àqueles que a produzem, é moldada conforme fatores sociais, culturais, históricos e psicológicos dos seres humanos, sua construção é moldável, adapta-se aos diferentes contextos daqueles que se comunicam por meio dela. Sabemos que os falantes aplicam modificações à língua sem que se deem conta, de maneira espontânea e involuntária.

Dante Lucchesi (2015) afirma que nas comunidades de fala –grupos que partilham traços linguísticos semelhantes, que os distinguem de outros grupos – sempre haverá traços linguísticos em concorrência, ou seja, em variação; trata-se da denominada Teoria da Variação, a qual foi desenvolvida pelo linguista americano William Labov (2008). Segundo Marcos Bagno (2007, p. 38), “variação diz respeito ao estado permanente de transformação, fluidez e instabilidade da língua, a ponto de alcançar as esferas fonético-fonológica, morfológica, sintática, semântica, lexical e estilístico-pragmática”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou abordar a forma como o imperativo é empregado na língua Kaingang. Para tanto, buscou-se a conceituação dos atos de fala por meio da teoria que contempla a linguagem como ação e versa sobre os usos da linguagem, principalmente sobre interpretação de questões, exclamações, comandos, ou seja, sobre enunciados que não são unicamente descritivos.

Observou-se que o ato diretivo, uma das categorias dos atos de fala, é aquele que visa obter do alocutário o reconhecimento do que foi expresso pelo locutor, e este espera obter um comportamento determinado do seu interlocutor, imprimindo força ilocutória de acordo com seu objetivo.

Dessa forma, pode ser realizado por meio de ordem, pedido, sugestão, convite e conselho, os quais, por sua vez, podem ser expressos por meio das formas variantes do imperativo gramatical ou, ainda, por meio de frase nominal, com tempos do indicativo, com o infinitivo, gerúndio e com frases interrogativas.

Constatou-se que o ato diretivo, como construção do imperativo, é, portanto, uma forma de se lograr que o destinatário desempenhe algo estabelecido pelo emissor.

Percebeu-se que a teoria dos atos de fala é provavelmente o exemplo mais paradigmático da visão segundo a qual sentenças imperativas codificam força diretiva no topo de seu conteúdo proposicional, pois ocorrem tanto em atos de fala como ordens, pedidos e súplicas, como também são usados para dar conselhos e conceder permissão, e, às vezes, são encontrados em anúncios, bons votos e construções condicionais.

Viu-se que em todas as línguas pode-se fazer uma declaração, fazer uma pergunta ou dizer a outra pessoa o que fazer. Um imperativo faz com que um destinatário aja.

O imperativo pode ser manifesto por comando, mas também por meio de uma pergunta ou uma afirmação severa. Eles são, ainda, bons para súplicas e pedidos.

Demonstrou-se que a formação do imperativo pode ocorrer de algumas maneiras, seja pela raiz ou um radical de um verbo, seja pelo uso de marcadores e como se dá a construção dos canônicos e dos não canônicos – por meio de afixos, clíticos, partículas, formas especiais de pronomes e até construções perifrásticas.

Apontamos como estudo inicial que, na língua Kaingang, há dois indicadores de imperativo: *-m nĩ ~ nĩ*, imperativo imperfectivo — ‘faça em qualquer tempo!; *ra*, imperativo neutro — ‘faça agora!

Os dois marcadores de imperativo estudados por Wiesemann indicam o momento em que a ação deve ser realizada. Constatamos a efetivação de tal fator e concordamos com a autora a respeito dessa característica. A análise, todavia, vem acrescentar que o uso do imperativo também se dá por outros fatores. O marcador *ra*, que é usado como tipicamente para imperativo, além de indicar o tempo da ação – instantânea –, indica a força ilocucionária do falante, o grau de hierarquia e outros fatores. A ordem emanada por parte do locutor fica evidente, como nos exemplos 4 e 5.

Wiesemann traz, ainda, que *nĩ* evidencia um momento postergado, ou seja, “faça em qualquer tempo”. A esse fator temporal, nós entendemos que se deve acrescentar o fato de o locutor se dirigir ao ouvinte de uma forma mais amena, mais polida. O imperativo é usado para que o receptor faça algo e saiba quando deve fazer; todavia, há diversas formas de expressar tais “comandos”. Evidenciamos que, ao se tratar de pedido, de conselho, o marcador usado é *nĩ* – independentemente do tempo especificado para a execução da tarefa –, portanto a língua Kaingang utiliza esse marcador ao expressar uma forma polida, por questões de afinidade, familiar, geracional, etc.

Notamos, ainda, que o imperativo pode se manifestar de outras maneiras: não se usa marcador quando há uma expressão circunstancial presente na oração – exemplo 27. A não explicitação sobre o marcador acontecer também nas orações transitivas – usa-se *hẽ* ao final da oração para determinar que o imperativo foi usado, sem a necessidade de *ra* ou *nĩ* (exemplo 17).

O uso de *tĩg* prescinde de marcador de imperativo. Nas frases em que existe a presença de *tĩg*, comprovou-se que a construção se dá sem marcador (exemplos 3, 4 e 8a). No imperativo, as frases são elaboradas com o verbo deixando de apresentar marca de pessoa e não existe uma alteração com a polaridade (exemplo 15).

No caso dos proibitivos, salientou-se que a construção se dá a partir da combinação *tũg nĩ* (20a) e *tũg ra/rỹ* (16). No caso da negação do imperativo, viu-se, ainda, que há a possibilidade de usar com *hẽ* apenas, sem a presença de *tũg* (exemplo 19).

Analisando três orações iguais, mas colhidas em épocas diferentes (uma por Wiesemann, outra por um participante jovem da TI Rio da Cobras e a última por uma participante jovem da TI Apucarantina) percebeu-se que há, aparentemente, a predominância do uso de *rỹ* no lugar de *ra*; os dois jovens participantes utilizaram *rỹ* – isso pela possível variação diastrática (exemplos 23a, 23b e 23c).

Portanto, evidenciou-se que a construção do imperativo na língua Kaingang se dá de outras formas, além das que constam no dicionário elaborado por Wiesemann.

É possível que haja outras maneiras de se explicitar ordem, pedido, conselho, advertência em Kaingang? Será que há outros marcadores evidentes de imperativo? Quais as variações entre os dialetos Kaingang no que se refere ao uso do imperativo? Há diferenças no uso do imperativo relacionadas ao gênero masculino e feminino? Há dissemelhanças relacionadas ao gênero *kamẽ* e *kanhru*? Que diferenças pode haver levando em consideração relações familiares e relações de poder? A língua portuguesa pode influenciar a Kaingang em relação à expressão do imperativo? Essas, e outras, são perguntas que necessitam de mais estudos, mais análises e, inevitavelmente, de pesquisas de campo.

REFERÊNCIAS

- AIKHENVALD, Alexandra Yurievna. **Imperatives and Commands**. Oxford: Oxford University Press 2010. (Oxford Studies in Typology and Linguistic Theory).
- ALMEIDA, Liriana. **A marcação de (tempo), modo e aspecto na língua Kaingang**: uma proposta de análise. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.
- AMHA, Azeb. **The Maale language**. Leiden: CNWS, 2001.
- ANDRADE, Adriana Lilia V. S. A variação entre você, cê e ocê no português brasileiro falado. 2004. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade de Brasília, Brasília.
- AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso** – por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BÍBLIA. A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento. Tradução: João Ferreira de Almeida. Ed. rev. e atualizada no Brasil. Brasília: SBB, 1969.
- BOLINGER, Dwight. Do imperatives. **Journal of English Linguistics**, v. 8, p. 1-5, 1974.
- BORBA, Telêmaco. **Actualidade indígena**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.
- CARDOSO, Daisy Bárbara Borges. O imperativo gramatical no português brasileiro. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 14, n. 2, p. 317-340, jun./dez. 2006.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. A língua Kaingang. **Portal Kaingang**. Campinas: Curt Nimuendajú, 12 mar. 2009. p. 1-6. Disponível em: http://www.portalKaingang.org/lgua_Kaingang.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Algumas notas comparativas sobre o dialeto Kaingáng paulista. *In*: TELLES, Stella; PAULA, Aldir Santos de (org.). **Topicalizando Macro-Jê**. Recife: Néctar, 2008. p. 29-48.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Mapa geral das aldeias Kaingang. **Portal Kaingang**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2010. Disponível em:

http://www.portalKaingang.org/index_aldeia_mapa_geral_2010.htm. Acesso em: 05 jan. 2023.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. O primeiro século de registro da língua Kaingang (1842-1950): valor e uso da documentação etnográfica. **Portal Kaingang**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2002. Disponível em: <http://www.portalKaingang.org/Primeiros100anos.pdf>http://www.portalKaingang.org/index_aldeia_mapa_geral_2010.htm. Acesso em: 05 jan. 2023.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha; VEIGA, Juracilda. Fontes fundamentais para o estudo do ritual Kaingáng do Kikikoi. *In: ENCONTRO DE CIENTISTAS SOCIAIS*, 4., 1996, Ijuí. **Anais [...]**. Ijuí: Unijuí, 1996. p. 92-108.

DOMINGUES, Gislaine. **Atitudes linguísticas dos Kaingang da terra indígena Apucarantina**. 2002. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

FARACO, Carlos Alberto. O tratamento você em português – uma abordagem histórica. **Fragmenta**, n. 13, p. 51-82, 1996.

FELISBINO, Damaris Kanĩnsãnh. **Formalidade X Informalidade na língua Kaingang**: reflexões a respeito da variação diamésica na T. I. Apucarantina. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

FERREIRA, Marcus Vinicius de Lira. **Atos de Fala nas Línguas Jê**: Distinções Sintáticas no Imperativo e no Proibitivo. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FERRO, Isabella Medeiros. **Indicadores de sujeito na língua Kaingang (Macro-Jê)**: análises e considerações. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

FRANCHI, Carlos. **Criatividade e gramática**. São Paulo: Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, 1991.

FUNAI, Fundação Nacional do Índio. **Quem são**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao#>. Acesso em: 05 set. 2020

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002

GIVÓN, Talmy. **On understanding grammar**. Orlando, Fl: Academic Press, 1979.

GIVÓN, Talmy. **Syntax**: An introduction. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

GONÇALVES, Solange Aparecida. Algumas considerações sobre Modo e Modalidade na língua Kaingáng Sul (Jê). *In: GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DE SÃO PAULO*, 58., São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos, jul. 2010. Comunicação Individual.

GONÇALVES, Solange Aparecida. **Aspecto no Kaingang**: uma proposta de discussão. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur. Estudos sobre a língua caingangue. Notas histórico-comparativas (dialeto de Palmas - dialeto de Tibagi) - Paraná. **Arquivos do Museu Paranaense**, v. 2, p. 97-177, 1942.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

ISAC, Daniela. **The Morphosyntax of Imperatives**. Oxford: Oxford University Press 2015. (Oxford Studies in Theoretical Linguistics).

ISHIKAWA, Noemia Kazue; IKEDA, Takehide; BANIWA, Aldevan; BRUNO, Ana Carla. *Brilhos na Floresta*. Manaus: INPA, 2019. Disponível em: <https://repositorio.inpa.gov.br/handle/1/4659>. Acesso em: 19 jun. 2020.

ISHIKAWA, Noemia Kazue; IKEDA, Takehide; BANIWA, Aldevan; BRUNO, Ana Carla. *Vãnh kãmĩ grugru*. Tradução: Damaris Kanĩnsãnh Felisbino. Manaus: INPA, 2020. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aishikawa-2020-vanh/Ishikawa_2020_Vanh_Kami_Grugru.pdf. Acesso em: 7 jan. 2021. 20 jun. 2020.

JARY, Mark; KISSINE, Mikhail. **Imperatives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

KAUFMANN, Magdalena. **Interpreting Imperatives**. v. 88. Dordrecht: Springer, 2011.

KURYŁOWICZ, Jerzy. **The inflectional categories of Indo-European**. Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1964.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LÖFTSTEDT, Leena. **Les expressions du commandement et de la défense en latin et leur survie dans les langues romanes**. Helsinki: Société Néophilologique, 1966.

LOPES, Célia Regina dos Santos; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. De Vossa Mercê a Você: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. In: BRANDÃO, Sílvia; MOTA, Maria Antônia (org.). **Análise Contrastiva de Variedades do Português**: primeiros estudos. Rio de Janeiro, 2003. p. 61-78.

LUCCHESI, Dante. Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LYONS, John. **Introdução à lingüística teórica**. São Paulo: Nacional: EDUSP, 1979.

LYONS, John. **Semantics**. v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003.

NASCIMENTO, Márcia. **Evidencialidade em Kaingang**: descrição, processamento e aquisição. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

NASCIMENTO, Márcia. **Tempo, modo, aspecto e evidencialidade em Kaingang**. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A Gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Etnografia e indigenismo**: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os Índios do Pará. Marco Antonio Gonçalves (org.). Campinas: UNICAMP, 1993.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia; SANTOS, Gilda Moreira dos; RIBEIRO, Tatiana de Oliveira. Variação na 2ª pessoa: o pronome sujeito e a forma do imperativo. **Niterói**, n. 9, p. 115-123, 2000.

PERINI, Mário. **Princípios de linguística descritiva**: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo: Parábola, 2006.

PIB. Povos Indígenas do Brasil. **Kaingang**. São Paulo: PIB, 2021. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang>. Acesso em: 05 jan. 2023

PORTAL KAINGANG. **A denominação dos Kaingang**. Campinas, 2013. Disponível em: http://www.portalkaingang.org/index_povo_2.htm. Acesso em: 08 jan. 2023.

RAMOS, Jânia. A alternância entre não e num no dialeto mineiro: um caso de mudança lingüística. *In*: COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça; RAMOS, Jânia Martins. **Dialeto mineiro e outras falas**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002. p. 155-167.

RIVERO, María Luisa; TERZI, Arhonto. Imperatives, V-movement and logical mood. **Journal of Linguistics**, v. 31, n. 2, p. 301-332, 1995.

RIVERO, Maria-Luisa. Negation, Imperatives and Wackernagel effects. **Rivista di Linguistica**, v. 6, n. 1, p. 39-66, 1994.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas São Paulo: Loyola, 1986.

SAMPAIO, Dilcéia Almeida. **Modo imperativo**: Sua manifestação/expressão no português contemporâneo. Salvador: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2001.

SÃO PAULO. Comissão Pró-Índio. **Povos indígenas** – Kaingang. São Paulo, 1984. Disponível em: <https://cpisp.org.br/indios-em-sao-paulo/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Norma e uso – o imperativo no português brasileiro. *In*: DIETRICH, Wolf; NOLL, Volker (org.). **O Português do Brasil – Perspectivas da pesquisa atual**. Madri: Iberoamericana Editorial Vervuert, 2004. p. 231-260. (Linguística luso-brasileira),

SEARLE, John. **Speech acts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SILVA, Maria Sueli Ribeiro da. **A língua kaingáng da aldeia paulista Icatu**: uma descrição funcional. 2011. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade do Estado de São Paulo, São José do Rio Preto, 2011.

TABOSA, Luciana Pereira. **Orações complexas da língua Kaingang**. 2014. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

TESNIÈRE, Lucien. **Éléments de syntaxe structurale**. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1959.

TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva (org.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: EDUEL, 2003.

TOPÊ VÍ RÃ. **O Novo Testamento na língua Kaingáng**. 2. ed. São Paulo: SBB, [1977] 2005.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 9. ed., rev. São Paulo: Cortez, 2003.

URBAN, Greg. **A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

VAL FLORIANA, Mansueto Barcatta de. Ensaio de Gramática Kainjgang. **Revista do Museu Paulista**, v. 10, p. 529-563, 1918.

WATKINS, Calvert. Preliminaries to a historical and comparative analysis of the syntax of the Old Irish verb. **Celtica**, v. 6, p. 1-49, 1963.

WEINREICH, Uriel. On the semantic structure of language. *In*: GREENBERG, Joseph H. (ed.). **Universals of language**. Cambridge, MA: MIT Press, 1963. p. 142-216.

WIESEMANN, Ursula. **Dicionário Kaingáng-Português, Português-Kaingáng**. 2. ed. Brasília: Editora Evangélica Esperança, [2002] 2011.

WIESEMANN, Ursula. Os dialetos da língua kaingáng e o xoklém. **Arquivos de Anatomia e Antropologia**, v. 3, p. 198-2017, 1978.

WIESEMANN, Ursula. Time distinctions in Kaingáng. **Journal of Social and Cultural Anthropology (JSCA)**, v. 99, n. 1/2, p. 120-130, 1974.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Edusp, 2010.